PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ

Estado do Paraná

Lei nº 1/61.=

A Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado do Paraná, Decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei;

PARTE GERAL

TITULO I

Dos Tributos em Geral

Capítulo I

Do sistêma Tributário do Município.

Art. 1º:- Este Código dispõe sôbre os fátos geradores, a incidência, as aliquotas, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos tributos, - quotas e serviços municipais, e estabelece normas de direito fiscal a êles pertinentes.

Art. 2º:- Além dos tributos que vierem a ser criados ou que lhes forem transferidos pela União, ou pelo Estado, integram o sistêma tributário do Município:

I- Os impostos:

a)Predial;
b)Territorial Urbano;
c)de Indústrias e Profissões ;
d)de Diversões Públicas;
e)de Transmissão Inter-Vivos (sisa);
f)de Territorial Rural;

II- As Taxas:

a)de Expediente;
b)de Assistência Social;
c)de Limpeza Pública e Particular;
d)de Aferição de Pêsos e Medidas;
e)de Licença;
f)de Iluminação Pública;
g)de Serviços Diversos;

III-As Quotas:

a) Partícipe do Imposto de Renda (Art. 15, § 4º, da Constituição Federal;
b)de Reversões do excesso da Arrecadação Estadual sôbre aMunicipal, Art. 20, da Constituição Federal);
c)do Fundo Rodoviário Nacional;
d)do Fundo Nacional de Eletrificação;
e)... Outras;

IV- As Rendas:

a)de Indústria;
b)de [illegible]

Art. 3º:- Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária, senão em virtude dêste Código ou de Lei subsequente.

Art. 4º:- A lei fiscal entra em vigôr na data de sua publicação, salvo as disposições que criarem ou aumentarem tributos, as quais entrarão em vigôr a 1º de janeiro do ano seguinte.

Art. 5º:- As tabélas de tributos, anéxas a êste Código, serão revistas e publicadas integralmente, no mês de janeiro de cada ano, sempre que no decurso do exercício anterior, houverem sido substacialmente alteradas.

Capítulo III

Da Administração Fiscal

Art. 6º:- Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposições dêste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos serviços de exação e fiscalização.

Art. 7º:- Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes, prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

§ 1º:- Aos contribuintes é facultado reclamar essa assistência aos órgãos responsáveis.

§ 2º:- As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que dolosamente ou por descaso, lesaram ou tentaram lesar o fisco.

Art. 8º:- Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatóriamente pelos contribuintes para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuições.

Art. 9º:- São autoridades fiscais, para os efeitos deste Código, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos.

Capítulo IV

Do Domicílio Fiscal

Art. 10º:-Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I- tratando-se de pessôa natural, o lugar onde habitualmente resida, e não sendo êste conhecido o lugar onde se encontre a séde de suas atividades ou negocios;

II- tratando-se de pessôa juridica de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos;

III-tratando-se de pessôa jurídica de direito públi
de qualquer de suas repartições administrativas

Art. 11º:- O domicílio fiscal será consignado nas petições
cumentos que os obrigados dirijam ou devam apre
Municipal.

Parágrafo Único- Os inscritos como contribuintes habituais
mudança de domicílio, no prazo de 15 (quinze) d
partir da ocorrência.

Capítulo V

Das Obrigações Tributárias Acessórias

Art. 12º:-Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por t
rão por todos os meios a seu alcance, o lançamen
e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Muni
pecialmente obrigados a:

I- apresentar declarações e guias e a escriturar os
os fatos geradores de obrigação tributária, segu
Código e dos regulamentos fiscais;

II- comunicar à Fazenda Municipal dentro de 15 (quin
a partir da ocorrência qualquer alteração capaz
ou extinguir obrigação tributária;

III-conservar e apresentar ao Fisco quando solicitad
to que, de algum modo, se refira a operações ou
tituam fato gerador de obrigação tributária ou q
provar a veracidade dos dados consignados em
fiscais;

IV- prestar, sempre que solicitadas pelas autoridade
formações e esclarecimentos que, a juízo do Fisc
to gerador de obrigação tributária.

Parágrafo Único- Mesmo no caso de isenção, ficam os benefi
cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 13º:-O Fisco poderá requisitar a terceiros, sôbre fi
necer-lhe, tôdas as informações e dados referent
res de obrigação tributária, para os quais tenha
que deva conhecer salvo quando, por fôrça de le
a guardar sigílo em relação a êsses fatos:

§ 1º:- As informações obtidas por fôrça deste artigo tê
e só poderão ser utilizadas em defesa dos interê
União, do Estado e deste Município.

§ 2º:- Constitui falta grave, punível nos têrmos do Est
rios Públicos, a divulgação de informações obtid
tas ou documentos exibidos.

Capítulo VI

Do Lançamento

destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e, sendo o caso a aplicação da penalidade cabível.

Art. 15º:-O ato de lançamento é vinculado e obrigatório sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas neste Código.

Art. 16º:-O Lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada

§ 1º:- Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituido novos critérios de apuração da base de cálculo estabelecido novos métodos de fiscalização ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros

§ 2º:- O disposto neste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento

Art. 17º:-Os atos formais relativos ao lançamento dos tributos ficarão a cargo de órgão fazendário competente.

Parágrafo Único- A omissão ou êrro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal nem de qualquer modo lhe aproveita

Art. 18º:-O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadástro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes na forma e épocas estabelecidas neste Código e em regulamento.

§ 1º:- As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários no conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias eà verificação do montante do crédito tributário correspondente.

§ 2º:- A Fazenda Municipal examinará as declarações para verificar a exatidão dos dados nelas consignados, quando o contribuinte ou responsável não houver feito a declaração, ou a fizer inexatamente, consignando fatos falsos ou arrôneos, o lançamento será feito de ofício, com base nos elementos de que dispuser.

Art. 19º:-Far-se-á o lançamento de ofício com base nos elementos disponíveis:

I- quando o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração ou a mesma apresentar-se inexata por serem falsos ou arrôneos os fatos consignados;

II- quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atendêr satisfatóriamente, no prazo e forma legais, pedi-

Art. 20º:-Com o fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributáriosa Fazenda Municipal poderá:

I- exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária:

II- fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens que constituam matéria tributável;

III-exigir informações e comunicações escritas ou verbais:

IV- notificar o contribuinte ou responsável para aparecer às repartições da Fazenda Municipal;

V- requisitar o auxílio da fôrça pública ou requerer ordem judicial quando indispensável à realização de diligências, inclusive de inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos assim como dos objétos e livros dos contribuintes e responsáveis.

Parágrafo Único- Nos casos a que se refere o item V os funcionários lavrarão o têrmo da diligência, do qual constarão especificadamente os elementos examinados.

Art. 21º:-O lançamento e suas alterações serão comunicadas aos contribuintes por meio de Edital afixado na Prefeitura, por públicação em jornal local, ou mediante notificação direta feita como aviso, para servir como guia de pagamento.

Art. 22º:-Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar êrro na - fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apuradas diretamente pelo Fisco.

Art. 23º:-Os lan gamentos efetuados de ofício, ou decorrentes de arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior.

Art. 24º:-É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias, quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer extamente.

Art. 25º:-Poderá a Prefeitura estabelecer contrôle fiscal próprio, instituindo livros e registros obrigatórios, afim de apurar o movimento econômico eoutros fatos geradores de tributos.

Parágrafo Único- Em não havendo o contrôle de que trata êste artigo, o movimento econômico será apurado em face dos livros e registros fiscais de compras, estóque, vendas a vista e à prazo, estabelecidos pelo Estado e pela União.

Art. 26º:-Independentemente do contrôle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou verificação diária no próprio local de atividade, durante determinado período, do movimento ecnômico -

do contribuinte, quando houver dúvida sôbre a exatidão do que for declarado para efeitos dos impôstos de Indústrias e Profissões e de diversões públicas.

Capítulo VII

Da Cobrança e do Recolhimento dos Tributos

Art. 27º:-A cobrança dos tributos far-se-á:

I- para pagamento à bôca do cófre;

II-por procedimento amigável;

III-mediante ação executiva.

§ 1º:- A cobrança para pagamento à bôca do cófre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos neste Código, nas leis e regulamentos fiscais.

§ 2º:- Expirado o prazo para pagamento à bôca do cófre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 15% (quinze por cento), acrescida de juros de móra de 12% (doze por cento) ao ano, contados por mês ou fração sôbre a importância devida até seu pagamento.

Art. 28º:-Proceder-se-á à cobrança amigável durante o período mínimo de trinta (30) dias a contar da terminação do prazo para pagamento à bôca do cófre.

Art. 29º:-Se resultar infrutífera a cobrança amigável, será o devedor notificado de que, no prazo de trinta (30) dias, será o débito inscrito na dívida ativa.

Art. 30º:-Nenhum recolhimento de tributo, exceto o que se faça por meio de sêlo ou guia, será efetuado sem que se espeça o competente conhecimento.

§ 1º:- A Prefeitura fará imprimir e terá em depósito talões de conhecimentos, que serão numerados seguidamente, dentro das respectivas séries, e conterão características e sinais de autenticidade que forem julgados necessários.

§ 2º:- Os conhencimentos serão extraídos no mínimo em três (3) vias, a carbono de dupla face, a lapis tinta, caligráficamente legíveis, sem borrões, emendas ou rasuras, ou datilografadas, quando mecânimente preparadas; quando se verificar êrro ou engâno, os conhecimentos manuscritos serão desprezados, escrevendo-se em diagonal, em tôdas as vias, a palavra "INUTILIZADO".

§ 3º:- Os conhecimentos serão autenticados com a chancela do Prefeito ou do Diretor do órgão fazendário, assinados pelo emitente e pelo agente arrecadador, com a designação dos respectivos cargos; mencionarão o exercício financeiro e discriminadamente, os impostos, taxas, contribuições e multas a que se referirem.

Art. 31º:-Os talões de conhecimentos serão distribuidos aos órgãos e agentes arrecadadores mediante registro em livro de carga e descarga da Tesouraria Geral, obdecidos os seguintes preceitos:

I- proporcionalmente ao movimento de cada exatoria, mediante registro em conta de cada exator, contendo a data da remessa, a quantidade

de talões, as espécies e as respectivas numerações;

II-dar-se-á baixa nos registros à medida que cada talão seja totalmente utilizado e devolvido.

Art. 32º:-Nenhum exator ou agente-arrecadador poderá utilizar-se de talão que não seja o seu.

Parágrafo Único- Nos casos legais de passagem de exercício da função exatora ou arrecadadora, poderão os substitutos continuar a usar os talões que se acharem em uso, dos quais ficarão responsáveis a partir da data de sua investidura.

Art. 33º:-Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos e de aplicação de sêlos usados, responderão, administrativa e criminalmente, os servidores que os houverem subscrito ou fornecido.

Art. 34º:-Pela cobrança menor de tributo responde, perante a Fazenda Municipal, solidáriamente, o servidor culpado, cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte.

Art. 35º:-Não se procederá contra o contribuinte que haja agido ou pago tributo de acôrdo com decisaõ administrativa ou judicial passada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudencia.

Art. 36º:-A Prefeitura poderá contratar com estabelecimentos de crédito, - com séde, agência ou escritório na cidade ou nas vilas, o recebimento dos tributos lançados mecânicamente.

Capítulo VIII

Da Restituição

Art. 37º:-O contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto à restituição total ou parcial do tributo, seja qual fôr a modalidade do seu pagamento, nos seguintes casos:

I- cobrança ou pagamento expontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face deste Código, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II- êrro na idênfificação do contribuinte, na determinação da aliquota aplicável, no cálculo do montante do tributo, ou na eleboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento.

III-reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art. 38º:-A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de móra e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal, que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

Art. 39º:-O direito de pleitear a restituição do impôsto, taxa, contribuição ou multa, extingue-se com o decurso do prazo de sêis mêses - quando o pedido se baseie em simples êrro de cálculo, ou de três mêses nos demais casos, contados:

I- nas hipóteses previstas nos itens I e II do Art.37, da data da - extinção do crédito tributário;

II- na hipótese prevista da alínea III do Art. 37, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.

Art. 40º:-Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadadas, por motivo de êrro cometido pelo Fisco, ou pelo contribuinte, e apurado pela aütoridade competente, a restituição será feita de ofício, mediante determinação do Prefeito em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

Art. 41º:-O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar - qualquer obstáculo ao exâme de sua escrita ou de documentos, quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

Art. 42º:-Os processos de restituição serão obrigatóriamente informados, - antes de receberem despacho, pela repartição que houver arrecadado os tributos e multas reclamados total ou parcialmente.

Capítulo IX
Da Prescrição

Art. 43º:-O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como à sua revisão, prescreve em 5 (cinco) anos, a contar do último dia do - ano em que se tornarem devidos.

Parágrafo Único- O decurso do prazo estabelecido neste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento ou à sua revisão, começando de nôvo a correr a data em que se operou a notificação.

Art. 44º:-As dívidas provenientes de tributos prescrevem em 5 (cinco) anos, a contar do término do exercício dentro do qual aquêles se tornaram devidos.

Art. 45º:-Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:

I- por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida;

II- pela concessão de prazos especiais para êsse fim;

III-pelo despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento;

IV- pela apresentação de documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores.

Art. 46º:-Cessa em 5 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multas por infração a êste Código, exceto nos casos de quantia inferior a - Cr$200,00 (duzentos cruzeiros), em que o prazo será de 2 (dois) anos.

Capítulo X
Das Imunidades e Isenções

Art. 47º:-É vedado ao Município (Constituição Federal, artigo 31 e 203) - lançar impóstos sôbre:

I- bens, rendas e serviços da União, dos Estados e Municípios, sem

prejuizo dos serviços públicos concedidos, observado o disposto no parágrafo primeiro dêste artigo;

II-templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e assistência social, desde que suas rendas sejam aplicadas integralmente no país e para os respectivos fins;

III-atividade de professor e jornalista;

IV-tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo.

§ 1º:- Os serviços públicos concedidos não gosam de isenção tributária, salvo quando estabelecida, em cada caso, em lei especial.

§ 2º:- As entidades autárquicas sómente gozarão de imunidade tributária em relação aos seus bens imóveis quando nêles funcionarem suas repartições ou serviços.

§ 3º:- A imunidade tributária de bens imóveis das igrejas se restringe - àqueles destinados ao exercício do culto.

§ 4º:- As instituições de educação e assistência social sòmente gozarão da imunidade mencionada no item II dêste artigo quando se tratar de sociedades civis legalmente constituidas e sem fim lucrativo.

Art. 48º:- São isentas de impóstos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas, exclusivamente, ao sustento de - quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento.

Art. 49º:-Nenhum tributo gravará:

I- os atos ou titulos referentes à vida funcional dos servidores - municipais;

II-as conferências científicas ou literárias e as exposições de arte.

Art. 50º:-A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de órdem pública ou de interêsse do Município; não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por dois têrços dos membros da Câmara Municipal.

§ 1º:- Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei, de isenção de tributos adeterminada pessôa física ou jurídica.

§ 2º:- As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por áto do Prefeito, sempre a requerimento do interessado.

Art. 51º:- Verificada, aqualquer têmpo, a inobeservância das formalidades - exigidas para a concessão, ou o desaparecimento das condições - que as motivaram, será a isenção obrigatóriamente cancelada.

Art. 52º:-As imunidades e isenções não abrangem as taxas, salvo as excessões expressamente estabelecidas neste Código.

Capítulo XI

Da Dívida Ativa

Art. 53º:-Constitui divida ativa do Município a proveniente de impóstos, -

taxas, contribuições e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo para pagamento, fixado por êste Código, ou por regulamento, ou por decisão final proferida em processo regular.

Art. 54º:-Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura.

Art. 55º:-Encerrado o exercício ou expirado o prazo para pagamento à bôca do cófre, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos, por contribuinte, acrescidos da multa de 15% (quinze por cento), sem prejuízo da contagem dos juros de mora, na forma prevista no Capítulo VII do Titulo I dêste Código.

Art. 56º:-O têrmo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatóriamente:

I- O nome do devedor e, sendo o caso, os dos co-responsáveis, bém como, sempre que possivel, o domicílio ou residência de um ou de outros;

II- a origem sanatureza do crédito, mencionando a lei tributária respectiva;

III-a garantia devida e a maneira de calcular os juros de móra acrescidos;

IV- a data em que foi inscrita;

V- o número do processo administrativo em que se origina o crédito, sendo o caso.

Parágrafo Único- A certidão devidamente autenticada conterá, além dos requisitos dêste artigo, a indicação do livro e fôlha de inscrição.

Art. 57º:-Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos:

I- legalmente prescritos;

II- de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor.

Parágrafo Único- O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessôa interessada, desde que fiquem provadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendários e jurídico da Prefeitura.

Art. 58º:-A dívida ativa será cobrada por procedimento amigável ou judicial.

§ 1º:- A cobrança amigável será feita dentro do prazo de dois mêses, a contar da data da inscrição da dívida ativa, findo o qual serão extraidas as respectivas certidões para a cobrança executiva.

§ 2º:- A cobrança executiva será feita depois de findo o prazo para a cobrança amigável, por intermédio da Procuradoria Municipal (ou órgão equivalente, se houver, ou por advogado ou advogados contratados para isso) devendo ser notificados os devedores de que no prazo de trinta (30) dias, terá início a referida cobrança, e promovendo-se todos os atos necessários à defesa dos interêsses

do Município.

§ 3º:- As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão acumuladas em uma só ação.

Art. 59º:-As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 56 deste Código.

Art. 60º:-O recebimento de débitos constantes de certidões já encaminhadas para cobrança executiva, será feito exclusivamente à vista de guia em duas vias, expedida por escrivão ou advogado, com o visto do órgão jurídico da Prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida.

Parágrafo Único- As guias mencionarão o nome do devedor seu endereço, o número da inscrição, a importância total do débito, o exercício ou período a que se referirem, a multa, os juros de móra e custas, e serão datadas e assinadas pelo emitente.

Art. 61º:-Ressalvadas os casos de autorização legislativa não se efetuará o recebimento de débitos inscritos na dívida ativa com dispensa da multa e dos juros de móra.

Parágrafo Único- Verificada, a qualquer tempo, a inobservância do disposto neste artigo, é o funcionário responsável sujeito, além da pena de demissão, a recolher aos cófres do Município, o valôr da multa e dos juros de móra que houver dispensado.

Art. 62º:-O disposto no artigo anterior se aplica também, ao servidor que reduzir graciosa, ilegal ou irregularmente, o montante de qualquer débito inscrito nadívida ativa, com ou sem autorização superior.

Art. 63º:-É solidàriamente responsável com o servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, à multa e aos juros de móra, mencionados nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandáto judicial.

Art. 64º:-Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.

Capítulo XII

Das Penalidades

Seção Ia.

Disposições Gerais

Art. 65º:-Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações a êste Código serão punidas com as seguintes penas:

I- multa;

II- revalidação;

III-proibição de transacionar com repartições municipais;

IV- sujeição a sistema especial de fiscalização;

V- suspensão ou cancelamento de isenção de tributos.

Parágrafo Único- A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter administrativo ou criminal, ao seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido e das multas e juros de móra.

Art. 66º:-Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa interpretação.

Art. 67º:-A omissão do pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apuradas mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração.

§ 1º:- Dá-se por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispõe de elementos de convicção em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento.

§ 2º:- Em qualquer caso, considerar-se-á como fraude e reincidência na - omissão de que trata este artigo.

§ 3º:- Conceitua-se também como fraude o não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado êste antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos oito (8) dias contados da data de entrada dêsse requerimento na repartição arrecadadora competente.

Art. 68º:-Os co-autores e cumplices, nas infrações ou tentativas de infração dos dispositivos deste Código, respondem solidáriamente com os autores pelo pagamento do tributo devido e ficam sujeitos às mesmas penas fiscais impostas a êstes.

Art. 69º:-Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição dêste Código pela mesma pessôa, aplicar-se-á sómente a pena correspondente à infração mais grave.

Art. 70º:-Se o processo se apurar responsabilidade de diversas pessôas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, será imposta a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art. 71º:-Os reincidentes em infração das normas estabelecidas neste Código, terão agravadas de 30% (trinta por cento) as sanções nele estipuladas.

Parágrafo Único- Concidera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessôa física ou jurídica, depois de passada em julgado, administrativamente, a decisão condenatória referente a infração anterior.

Art. 72º:-A aplicação da multa não prejudicará a ação criminal que no caso, couber.

Art. 73º:-O contribuinte que, espontâneamente, procurar a Prefeitura antes - do procedimento fiscal, para sanar qualquer irregularidade ou reconhener tributo devido, será atendido desde logo, reduzindo-se-lhe de 50% (cinquenta por cento) amulta em que estiver incurso.

Seção 2ª

Das Multas

Art. 74º:-As multas serão impostas em gráu mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único- Na imposição da multa, e para graduá-la ter-se-á em vista:

a)a maior ou menor gravidade da infração;

b)as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

c)os antecedêntes do infrator com relação às disposições deste Código e de outras leis e regulamentos municipais.

Art. 75º:-É passivel da multa de Cr$2.000,00 (dois mil cruzeiros), o contribuinte que:

I- iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença, antes da concessão desta;

II- deixar de fazer a inscrição de seus bens ou de sua atividade no Cadastro Fiscal da Prefeitura;

III-apresentar ficha de inscrição ou declaração de movimento econômico com dados inverídicos ou omissões;

IV-deixar de comunicar, dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que impliquêm em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados;

V-deixar de apresentar, dentro dos prazos, declaração de movimento econômico de seu estabelecimento;

VI-em sendo obrigado a fazê-lo, deixar de remeter à Prefeitura documento exigido porlei ou regulamento fiscal;

VII-negar-se a exibir livros e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização.

Art. 76º:-É passivel da multa de Cr$1.000,00 (hum mil cruzeiros), o contribuinte ou responsável que:

I- apresentar ficha de inscrição fóra do prazo legal ou regulamentar;

II-negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos agentes do fisco a serviço dos interêsses da Fazenda Municipal;

III-deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida nêste Código ou em regulamento a ela referente.

Art. 77º:-As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas - sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributos.

Art. 78º:-Ressalvadas as hipóteses do Art. 93 dêste Código, serão punidos com:

I- multa de importância igual ao valôr do tributo, nunca inferior, porém, a Cr$500,00 (quinhentos cruzeiros), os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo, no todo ou em - parte, umavez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artificio doloso ou intuito de fraude;

to, mas nunca inferior a Cr$1.000,00 (hum mil cruzeiros), os que sonegarem, por qualquer forma, tributo devido, se apurada a - existência de artificio doloso ou intuito de fraude;

III-multa de Cr$5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

a)os que viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de - seus livros fiscais ou comerciais, para iludir a fiscalização ou fugir do pagamento do tributo;

b)os que instruirem pedidos de isenção ou redução de impôsto, taxa ou contribuição, com documento falso ou que contenha falsidade;

c)os que falsificarem sêlos, subcreverem conhecimnto falso de selagem por verba, ou adulterarem conhenimento de selagem por verba assim como venderem, comprarem ou empregarem sêlos falsos ou já usados, com o fim de lesar o fisco.

§ 1º:- As penalidades a que se refere a alínea a serão aplicadas nas - hipóteses em que não se puder efetuar o cálculo pela forma dos - itens I e II.

§ 2º:- Considera-se consumada a fraude fiscal nos casos do item III, - mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimento das obrigações tributárias.

§ 3º:- Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas:

a)contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais;

b)manifesto desacôrdo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável;

c) remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco, com respeito aos fatos geradores da obrigação tributárias;

d)omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens, atividades ou operações que constituam fatos geradores de obrigação tributárias.

Seção 3ª

Da Revalidação

Art. 79º:-à pena da revalidação ficarão sujeitos os contribuintes que não empregarem os sêlos devidos, ou os empregarem deficientemente, - em quaisquer documentos ou papéis onde devam ser aplicados.

Parágrafo Único- A revalidação, que importa em outro tanto do sêlo devido, será exigida por qualquer servidor municipal que constatar a insuficiência, não podendo ter andamento nas repartições o documento ou papel insuficientemente selado, enquanto não revalidado.

Seção 4ª

Da Proibição de Transacionar com as Repartições Públicas Municipais

Art. 80º:-Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas,

não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de prêços, celebrar contratos ou têrmos de quaisquer natureza, ou trânsacionar a qualquer titulo com a administração do Município.

Seção 5ª

Da Sujeição e Sistema Especial de Fiscalização

Art. 81º:-O contribuinte que houver cometido infração punida em gráu máximo, ou reincidir constantemente naviolação dêste Código e de outras leis e regulamentos municipais, poderá ser submetido a - regime especial de fiscalização.

Art. 82º:-O regime especial de fiscalização de que trata êste capítulo será definido em regulamento.

Seção 6ª

Da Supressão ou Cancelamento de Isenções

Art. 83º:-Tôdas as pessôas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições dêste Código, ficarão privadas, por um exercício, da consessão s, no caso de reincidência, dela privadas definitivamente.

§ 1º:- A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do artigo 71 dêste Código.

§ 2º:- As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face de repra sentação nesse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado nos prazos legais.

Seção 7ª

Das Penalidades Funcionais

Art. 84º:-Serão punidos com multa equivalente a 15 dias do respectivo vencimento ou remuneração:

a)os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por êste solicitada naforma dêste Código;

b)os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos lagais, de forma a lhes acarretar nulidade.

Art. 85º:-As multas serão impóstas pelo Prefeito, mediante representação - da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuzer o Estatuto dos Funcionários Públicos.

Art. 86º:-O pagamento da multa decorrente do processo fiscal se tornará - exigível depois de passada em julgado a decisão que a impôs.

Titulo II

Do Processo Fiscal

Capítulo I

Das Medidas Preliminares e Incidentes

Seção 1ª

Dos Têrmos de Fiscalização

Art. 87º:- A autoridade ou funcionário [illegible] que proceder, ou presidir a exâmes e diligências, fará ou lavrará, sob sua assinatura, - têrmo circunstanciado do que apurar, do qual constarão, além - do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados.

§ 1º:- O têrmo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a infração, ainda que aí não resida o infrator, e poderá - ser datilografado ou impresso em relação às palavras rituais, - devendo os claros ser preenchidos a mão e inutizadas as entrelinhas em branco.

§ 2º:- Ao fiscalizado dar-se-á cópia do têrmo, autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

§ 3º:- A recusa do recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado, nem o prejudica.

Seção 2ª

Da Apreensão de Bens e Documentos

Art. 88º:-Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional do contribuinte ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração na legislação tributária.

Parágrafo Único- Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se - encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Art. 89º:- De apreensão administrativa lavrar-se-á auto, com os elementos - de auto de infração, observado-se, no que couber, o disposto no artigo 101 dêste Código.

Parágrafo Único- O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositadas e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se - for idôneo, a juízo do autuante.

Art. 90º:-Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, - ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teôr - ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a êsse fim.

Art. 91º:-As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade comptente, ficando retidos, até decisão - final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo Único- Em relação à matéria dêste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto nos artigos 126 e 128 dêste Código.

Art. 92º:-Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais - para deliberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta

ta pública.

§ 1º:- Quando a apreensão recair em bens da fácil deterioração, a hasta pública poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º:- Apurando-se,na venda, importância superior ao tributo e multa devidos, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

Seção 3ª

Da Notificação Preliminar

Art. 93º:-Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração, de lei ou regulamento, de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação.

§ 1º:- Esgotado o prazo de que trata êsete artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

§ 2º:- Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

Art. 94º:-A notificação preliminar será feita em fórmula destacada, de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono, com o "ciente" do notificado, e conterá os elementos seguintes:

I-nome do notificado;

II-local, dia e hora da lavratura;

III-descrição do fato que a motivou e indicação do dispositivo legal de fiscalização, quando couber;

IV-valor do tributo e da multa devidos;

V-assinatura do notificante.

Art. 95º:-Considera-se convecido do débito o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, da qual não cabe recurso - ou defesa.

Art. 96º:-Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I-quando fôr encontrado no exercício de atividade tributável, sem - prévia inscrição;

II-quando houver prova de que diligenciou para furtar-se ao pagamento do impôsto;

III-quando fôr manifesto o ânimo de sonegar;

IV-quando incidir em nova falta da que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contando da última notificação preliminar;

Seção 4ª

Da Representação

Art. 97º:-Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente da Fazenda Pública deve, e qualquer pessôa pode, representar contra tôda ação ou omissão contrária a disposições dêste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais.

Art. 98º:-A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor; será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo Único- Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade.

Art. 99º:-Recebida a representação, a autoridade competente providenciará as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator, autua-lo-á ou arquivará a representação.

Art. 100º-Quando da representação resultar a imposição de multa, o autor ou autores da representação, desde que não sejam funcionários municipais, terão direito à quóta-parte correspondente.

Capítulo II

Dos Atos Iniciais

Seção 1ª

Do Auto de Infração

Art. 101º:-O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I-mencionar o local, o dia e a hora da lavratura;

II-referir o nome do infrator e das testemunhas, se houver;

III-descrever o fato que constituiu a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao têrmo de fiscalização, em que se consignou a infração, quando fôr o caso;

IV-conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas, nos prazos previstos.

§ 1º:- As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º:- A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

§ 3º:- Se o infrator ou quem o representante, não puder ou não quizer assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Art. 102º:-O auto de infração poderá ser acumulado com o de apreensão, e então conterá, também, os elementos dêste (artigo 89, parágrafo único).

Art. 103º:-A lavratura do auto será intimada ao infrator:

I-pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original;

II-por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (A.R.), datado e firmado pelo destinatário ou alquem de seu domicílio;

III-por Edital, com prazo de 30 (trinta) dias se desconhecido o domicílio fiscal do infrator.

Art.104º:-A intimação presume-se feita:

I-quando pessoal, na data do recibo;

II-quando por carta, na data do recibo; de volta; e se fôr esta - omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no correio;

III-quando por edital, no têrmo do prazo, contado êste da data da - afixação ou da publicação.

Art. 105º-As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital, conforme as circunstâncias, observado o disposto nos artigos 103 e 104 dêste Código.

Seção 2ª

Das Reclamações Contra Lançamento

Art.106º:-O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 15 (quinze) dias, contado da publicação no órgão oficial, da fixação do edital, ou do recebimento do aviso.

Art.107º:-A reclamação contra lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art.108º:-É cabível a reclamação por parte de qualquer pessôa, contra a emissão ou exclusão de lançamento.

Art.109º:-A reclamação contra lançamento não terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados.

Capítulo III

Da Defesa

Art.110º:-O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação.

Art.111º:-Addefesa do autuado será apresentada por petição à repartição - por onde correr o processo, contra recibo.

Art.112º:-Na defesa, o autuado alegará tôda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que contarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

Art.113º:-Apresentada a defesa terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para impugná-la, o que fará na forma do artigo precedente.

Art 114º:-Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, - será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação, afim de apresentar a defesa no prazo de 10 (dez) - dias, contados da data em que receber o processo.

Capítulo IV

Das Provas

Art.115º:-Findos os prazos a que se referem os artigos 113 e 114 deste Código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento defi

rirá, no prazo de 10 (dez) dias, aproduç~ao das provas que não - sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, e ordenará a produção de outras que entender necessárias, e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devam ser produzidas.

Art.116º:-As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamento, pelo funcionario da Fazenda Municipal, ou quando ordenada de ofício, poderão se ser atribuidas a agente da fiscalização.

Art.117º:-Ao autuado e ao autuante, será permitido, sucessivamente, repergguntar as testemunhas; do mesmo modo ao reclamante e ao impugnante, nas reclamações contra lançamento.

Art.118º:-O autuado e o reclamante poderão participar das diligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ap processo ou constarão do têrmo da diligência para serem apreciadas no julgamento.

Art.119º:-Não se admitirá prova fundada em exâme de livros ou arquivos das repartições da Fazenda Pública,ou depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários.

Capítulo

Capítulo V

Da Decisão em Primeira Instância

Art.120º:-Findo o prazo para a produção de provas, ou perempto o direito - de apresentar defesa, o processo será presente à autoridade julgadora que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º:- Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por (três) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º:- Verificada a hipótese do parágrafo anterior, aautoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir decisão.

§ 3º:- A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo - julgar de acôrdo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º:- Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá - converter o julgamento em diligência e determinar a produção de novas provas, observando o disposto no Capítulo IV e prosseguindo -se naforma deste capítulo, na parte aplicável.

Art.121º:-A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela - procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação, contra lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Art.122º:-Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôra julgado procedente o ato de infração ou improcedente

a reclamação contra lançamento, cessando com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Capítulo VI

Dos Recursos

Seção 1ª

Do Recurso Voluntário

Art.123º:-Da decisão da primeira instância caberá recurso voluntário para a Junta de Recursos Fiscais, interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de ciência da decisão, pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido a defesa, nas reclamações contra lançamento.

Art.124º:-É vedado reunir em uma só petição recursos refrentes a mais de uma decisão, ainda que versem sôbre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Seção 2ª

Da Garantia de Instância

Art.125º:-Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado ou reclamante será encaminhado à Junta de Recursos Fiscais, sem o prévio depósito da metade das quantias exigidas, extinguindo-se o direito do requerente que não efetuar o depósito no prazo legal.

Parágrafo Único- São dispensados de depósito os servidores públicos que recorrerem de multas, impóstas com fundamento no artigo 84 deste Código.

Art.126º:-Quando a importância total do litígio exceder de dez mil cruzeiros (Cr$10.000,00), permitir-se-á a prestação de fiança para interposição do recurso voluntário, requerida no prazo da que refere o artigo 123 dêste Código.

§ 1º:- A fiança prestar-se-á mediante indicação de fiador idôneo, a juízo da administração, ou pela caução de titulos da dívida pública do Município.

§ 2º:- Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador, com a expressa aquiecência deste e, se for casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento.

§ 3º:- A fiança mediante caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidas e pela cotação dos titulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida, no prazo de 8 (oito) dias, contados da notificação, se o produto da venda dos titulos não for suficiente para a liquidação do débito.

Art.127º:-Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação da fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idonsidade do mesmo.

Parágrafo Único- Não se admitirá como fiador o sócio solidário da firma re-

corrente nem o devedor da Fazenda Municipal.

Art.128º:-Recusados dois fiadores, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias, ou de prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o seguinte requerimento de prestação de fiança, se êste prazo fôr maior.

Seção 3ª

Do Recurso de Ofício

Art.129º:-Das decisões de primeira instância, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será obrigatóriamente interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder de Cr$10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Parágrafo Único- Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber, cumpre ao funcionário iniciador do processo, ou que do fato tomar conhecimento, interpor o recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

Capítulo VII

Do Julgamento em Segunda Instância

Art.130º:-A Junta de Recursos Fiscais só poderá deliberar quando reunida a maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo Único- As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art.131º:-Os processos serão distribuidos aos membros da Junta mediante sorteio, garantida a igualdade numérica nadistribuição.

§ 1º:- O relator restituirá no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhe forem distribuidos, com relatório ou parecer.

§ 2º:- Quando fôr realizada qualquer diligência, a requerimento do relator, terá êste novo prazo de 5 (cinco) dias, para completar o estudo, contado da data em que receba o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º:- Fica automáticamente destituido da função de membro da Junta o relator que retiver processo além dos prazos previstos nos parágrafos 1º e 2º, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a trinta (30) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator o alegue em requerimento dirigido tempestivamente ao Presidente da Junta.

§ 4º:- O Presidente da Junta comunicará a destituição à autoridade competente, a fim de ser providenciada a nomeação de novo membro ou suplente.

§ 5º:- Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em cada sessão, o Secretário fornecerá ao Presidente a lista dos processos em atrazo, a qual constará da ata.

Art.132º:-A Junta poderá converter em diligência qualquer julgamento;neste caso o relator lançará a decisão no processo, com o visto do Pre-

sidente, prosseguindo-se imediatamente.

Art.1339º:-Enquanto o processo estiver em diligência ou em estudo com o relator, poderá o recorrente requerer ao Presidente a juntada de documentos, a bem de seus interesses, desde que isso não protele o andamento do processo.

Art.1340º:-Facultar-se-á a sustentação oral do recurso, durante 15 (quinze) minutos.

Art.1359º:-A decisão, sob forma de acordão, será redigida pelo relator, até 3 (oito) dias após o julgamento. Se o relator for vencido, o Presidente designará para redigí-la dentro do mesmo prazo, um dos membros da Junta, cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º:- Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º:- As conclusões dos acordãos serão publicadas no órgão oficial do Município ou por edital, sob designação numérica e com indicação nominal dos recorrentes.

§ 3º:- As decisões importantes do ponto de vista doutrinário poderão ser publicadas na íntegra, a critério do Presidente.

Capítulo VIII

Do Pedido de Estabelecimento

Art.1368º:-Da decisão da Junta de Recursos Fiscais que o interessado se figure eqiepa, contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimento, interposto no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do acordão.

Parágrafo Único- Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso se, a juízo da Junta, o pedido for manifestamente protelatório ou visar, indiretamente, à reforma da decisão.

Art.1378º:-O pedido de esclarecimento será distribuido ao relator e será julgado preferencialmente na primeira sessão seguinte à data do recebimento na Junta.

Capítulo IX

Da Ordem dos Trabalhos na Junta de Recursos Fiscais

Art.1139º:-O Presidente mandará organizar, pela Secretaria e publicar até às vésperas do dia da reunião, a pauta dos processos, de acôrdo com os seguintes critérios preferenciais:

I-data de entrada no protocolo da Junta;

II-data do julgamento em primeira instância e, finalmente;

III-maior valor se coincidirem aquêles dois elementos de precedência.

Parágrafo Único- Terão preferência absoluta, para inclusão em pauta e julgamento, os processos de que constar a apreensão de mercadorias.

Art.1379º:-Publicadas as decisões, a Secretaria encaminhará o processo à repartição competente, para as providências de execução.

Parágrafo Único- As decisões arquivadas na Secretaria a petição do recurso e das peças que lhe disserem respeito.

-61-

Art.140º:-Os membros da Junta deverão declarar-se impedidos nos processos de seu interêsse pessoal ou das suas sociedades de que faça parte, como sócios, quotistas, acionistas, interessados, ou como membro da diretória ou do conselho fiscal.

Parágrafo Único:- Subsiste o impedimento quando, nos mesmos têrmos, estiverem interessados parentes até o terceiro grau.

Art.141º:-A Junta poderá representar ao chefe do órgão fazendário, ou diretamente ao Prefeito, para:

I-comunicar irregularidade ou falta funcional, verificada no processo, na instância inferior;

II-propôr as medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos;

III-sugerir providências de interêsse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

Art.142º:-A Junta mandará cancelar, nos processos, submetidos a julgamento, as expressões descortezes ou inconvenientes, porventura usados por qualquer das partes.

Capítulo X

Do Recurso das Decisões da Junta

Art.143º:-As decisões da Junta constituem última instância administrativa para recursos contra atos e decisões de caráter fiscal.

§ 1º:- A decisão favorável ao contribuinte ou infrator, obriga o recurso de ofício para o Prefeito.

§ 2º:- O recurso de que trata o parágrafo anterior será interposto pelo prolator do despacho vencedor, no prazo de ato da decisão, instruindo-o com as novas alegações e provas.

§ 3º:- O recurso de ofício devolve à instância superior o exame de toda a matéria em discussão.

§ 4º:- Não haverá recurso de ofício nos casos em que a decisão anterior procure corrigir êrro manifesto.

Capítulo XI

Da Execução das Decisões Finais

Art.144º:-As decisões definitivas serão cumpridas:

I- pela notificação do contribuinte a, quando fôr o caso, pagar o débito ou fazer [illegible], no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de [illegible] o valor da condenação e, em conseqüência, recebendo o título de quitação ou [illegible] de instância;

II-pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente, como multa ou tributo;

III-pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor depositado e a importância da condenação e [illegible] de instância;

IV-pela notificação do contribuinte para vir receber ou, quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o va-

lor da condenação e o produto da venda dos titulos caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

V-pela liberação das mercadorias apreendidas e depositadas, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido alienação, com fundamento no artigo 92 e seus parágrafos, dêste Código;

VI-pela imediáta inscrição, como dívida ativa, e remessa da certidão à cobrança executiva dos débitos a que se referem os itens I, III- e IV, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Art.145º:-A venda de titulos da dívida pública aceitos em caução não se realizará abaixo da cotação; e, deduzidas as despesas legais da venda inclusive taxa oficial de corretagem, proceder-se-á, em tudo o que couber, de acôrdo com o artigo 144, item IV e com o parágrafo 3º do artigo 126 dêste Código.

Titulo III
Do Cadástro Fiscal
Capítulo I
Disposições Gerais

Art.146º:-O Cadástro Fiscal da Prefeitura compreende:

I-o Cadástro Imobiliário;

II-o Cadástro do Comércio, da Indústria e das Profissões.

§ 1º:- O Cadástro Imobilário compreende:

a)terrênos vagos existentes nas áreas urbans e suburbânas do Município e os que vierem a resultar de desmembramento dos atuais e de novas áreas urbanizadas;

b)os prédios existentes ou que vierem a ser construídos, nas áreas urbanas e suburbanas;

c)as propriedades rurais, exploradas ou não, existentes no Município.

§ 2º:- O Cadástro do Comércio, da Indústria e das Profissões compreende os estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais, bem como quaisquer outras atividades lucrativas exercidas no território do Município.

Art.147º:-Todos os proprietários, ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados digo, mencionados no artigo anterior e aquêles que, individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercerem atividade lucrativa no Município, estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadástro Fiscal da Prefeitura.

Capítulo II
Dos Imóveis Urbanos e Rurais

Art.148º:-A inscrição dos imóveis urbanos e rurais no Cadástro Imobiliário será promovida:

I-pelo proprietário ou de seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II-por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;

III-pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV-de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar.

Art.149º:-Para efetivar a inscrição no Cadastro Imobiliário dos Imóveis urbanos e rurais, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º:-A inscrição será efetuada no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do documento de compra e venda, ou de aquisição.

§ 2º:-Por ocasião da entrega da ficha de inscrição, devidamente preenchida, deverá ser exibido o título de propriedade, ou de compromisso de compra e venda, para as necessárias verificações.

§ 3º:-Não sendo feita a inscrição no prazo estabelecido no parágrafo 1º dêste artigo, o órgão competente, valendo-se dos elementos de que dispuzer, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências dêste artigo, sob pena da multa prevista neste Código para os faltosos.

Art.150º:-Os terrenos com testada para mais de um logradouro, deverão ser inscritos pelo mais importante; não sendo possível a distinção, só-lo-ão pelo logradouro de maior testada.

Art.151º:-Em caso de litígio sôbre o domínio do imóvel, a ficha de inscrição mencionará, tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do efeito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Art.152º:-Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valôr da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, a área total, as áreas cedidas, ao patrimônio municipal, as áreas compromissadas e as áreas alienadas.

Art.153º:-Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, no mês de janeiro de cada ano, à órgão fazendário competente a relação dos lotes alienados definitivamente, ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador, e o endereço os números do quarteirão e do lote, as dimensões deste, e o valôr do contrato de venda, a fim de ser feita a anotação no Cadastro Imobiliário.

Art.154º:-Os impressos serão fornecidos gratuitamente pela Prefeitura e tarão isentos de qualquer tributo Municipal.

Art.155º:-Deverão ser obrigatóriamente comunicadas à Prefeitura, dentro prazo de 60 (sessenta) dias, tôdas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel que possam afetra as bases do lançamen

tributos municipais.

Parágrafo Único- A comunicação a que se refere êste artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva da ficha de inscrição.

Art.156º:-Concedido o "habite-se" a prédio novo, ou aceitas as óbras de prédio reconstruido ou reformado, remeter-se-á processo respectivo ao órgão competente a fim de ser atualizada a respectiva inscrição no Cadástro Imobiliário, notificando-se o proprietário ou seu representante, na forma prevista neste Código.

Art.157º:-Na fixação e revisão dos valores venais, constantes do Cadástro - Imobiliário, observar-se-ão as normas previstas nos Titulos IV e V dêste Código.

Capítulo III

Do Comércio, da Indústria e das Profissões

Art.158º:-A inscrição no Cadástro do Comércio, da Indústria e das Profissões será feita pelo responsável ou seu representante legal que preencherá e entregará na repartição competente uma ficha própria para cada estabelecimento ou atividade proficional, fornecida pela Prefeitura.

§ 1º:- A ficha de inscrição deverá conter:

a)nome, razão social, ou a inscrição e denominação, sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercida a atividade;

b)localização do estabelecimento, urbano, suburbano ou rural, compreendendo a numeração do prédio, do pavimento da sala, ou dependência, conforme o caso ou da propriedade rural;

c)as espécies principal e acessórios da atividade;

d)a área total do imóvel, ou de parte dele, ocupada pelo estabelecimento;

e)outros dados previstos em regulamento;

§ 2º:- A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita:

a)quanto aos estabelecimentos novos ou ao início da atividade profissional, antes da respectiva abertura ou exercício da profissão;

b)quanto aos já existentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da vigência desta Lei.

Art.159º:-A inscrição deverá ser permanentemente atualizada ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no § 1º do artigo anterior.

Parágrafo Único- No caso de venda ou trânsferência de estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos do contribuinte inscrito.

Art.160º:-A sessação das atividades profissionais ou do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a fim de ser dada baixa no Cadástro.

Parágrafo Único- A baixa no Cadástro será dada após feita a verificação da veracidade da informação, sem prejuízo de qualquer débitos de tributos pelo exercício da profissão, indústria ou comércio.

Art.161º:-Para os efeitos deste capítulo, considera-se estabelecimento:

I-o local de exercício de qualquer atividade industrial, comercial, profissional ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência;

II-o local fíxo de exercício de profissão, arte ou ofício ainda que n no interior de residência.

Art.162º:-Serão considerados estabelecimentos profissionais aqueles em se - explorem, exclusivamente, arte, ofício ou profissão sem intercorrência de:

I-operações diretas ou indiretas de venda ou locação de bens ou coisas;

II-operações de fabricação, transformação, melhoramento ou limpesa, com instalações industriais que correspondam, aparêlhos ou motores;

III-exploração de trabalho assalariado de mais de duas pessôas.

Parágrafo Único- Não serão consideradas operações de venda, nem locação, para deste artigo:

a)a venda de óbras de arte, quando feita pelos respectivos autores;

b)a utilização de materiais indispensáveis ao exercício de qualquer arte, ofício ou profissão;

c)o fornecimento de alimentação em pequena escala e o comércio de - artigos de produção exclusivamente doméstica.

Art.163º:-Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadástro:

I-os que, embora no mesmo local, ainda que idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessôas físicas ou jurídicas;

II-os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos.

Parágrafo Único- Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Parte Especial

Título IV

Do Impôsto Territorial Urbano

Capítulo I

Da Incidência, das Isenções e das Reduções

Art.164º:-O imposto territorial urbano tem como fato gerador o domínio - plêno e útil, ou a posse de terrênos, construídos ou não, situados nas zonas urbanas do território do Município.

Art.165º:-São isêntos do impôsto territorial os terrênos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município.

Art.166º:-Aos proprietários de terrênos com área não inferior a 20.000 ((vinte mil) metros quadrados, que tenham promovido nos mesmos os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus para os cófres municipais, poderão ser concedidos pelo prazo máximo de 5 (cinco) - anos, reduções do impôsto devido, na forma seguinte:

I-canalização de água potável.....10%

II-esgôtos..... .....10%

III-pavimentação..... .....10%

IV-canalização ou galerias para águas pluviais..... 5%

V-guias e sarjetas..... 5%

Parágrafo Único- A redução será proporcional à extensão de testada correspondente ao melhoramento efetivamente executado.

Art.167º:-O impôsto territorial urbano constitui ônus real e acompanha o - imóvel em tôdas as suas mutações de domínio.

Capítulo II

Da Aliquota e Base de Cálculo

Art.168º:-O impôstp territorial urbano será cobrado na base de 1% (hum por cento) sôbre o valor venal do terrêno.

Parágrafo Único- O impôsto será acrescido nas seguintes casos:

I-de 50% (cinquenta por cento) pela guia sem passêio;

II-de 50% (cinquenta por cento) pela falta de muro na testada do - terrêno, salvo quando e enquanto êste se conserve limpo e se harmonize com o ambiente local.

Art.169º:-O valor venal dos terrênos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadástro Imobiliário, levando-se em conta:

I-o valor declarado pelo contribuinte;

II-o índice médio de valorização correspondente ao local em q ue - esteja situado o imóvel;

III-o prêço dos terrênos nas últimas transações de compra e venda - realizadas nas zonas respectivas;

IV-a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras caracteristicas do terrêno;

V-quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições - competentes.

Art.170º:-Com os elementos a que se refere o artigo anterior, proceder-se-á à apuração do valor unitário padrão (VO) relativo a cada uma das zonas, quadras ou logradouros.

Parágrafo Único- O impôsto devido será calculado maultiplicando-se o número de metros da testada do terrêno, feitas a s correções decorrentes das diferenças de profundidade, pelo VO da respectiva zo-

Capítulo III

Do Lançamento e da Arrecadação

Art.171º:-O lançamento do impôsto territorial urbano, sempre que possivel, será feito em conjunto com os demais tributos que recaem sôbre - imóveis, tomando-se por base a situação existente no exercício - anterior.

Art.172º:-Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terrêno no Cadástro Imobiliário.

§ 1º:- No caso de condomínio, figurará o lançamento em nome de tôdos os condomínios, respondendo cada um, na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo.

§ 2º:- Não sendo conhecido o proprietário, o lançamento será feito em - nome de quem esteja naposse do terrêno.

§ 3º:- Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será trasnferido para o nome dos sucessores; para êsse fim os herdeiros são obrigados - a promover a transferência perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta)dias, a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação.

§ 4º:- Os terrênos pertencentes a espólio, cujo inventário esteja sobrestado, serão lançados em nome dos mesmos, que responderão pelo tributo, até que, julgado o inventário, se façam as necessárias modificações.

§ 5º:- O lançamento de terrênos pertencentes a massas falídas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas, mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais, anotando-se os nomes e endereços nos registros.

§ 6º:- No caso de terrênos objeto de compromisso de compra e venda, o - lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, respondendo êste pelo pagamento do tributo, - sem prejuízoda responsabilidade solidária do promitente vendedor.

Art.173º:-O lançamento do impôsto territorial urbano será feito anualmente em época e pelo modo estabelecido em regulamento ou instruções.

Título V

Do Impôsto Predial Urbano

Capítulo I

Da Incidência e Isenções

Art.174º:-O Impôsto Predial Urbano será cobrado anualmente de tôdos os proprietários de prédios urbanos e suburbanos situados dentro do Município, ainda que desabitados.

§ 1º:- São considerados prédios e como tais sujeitos a êste impôsto: casas, barracões, armazens e quaiquer outros edifícios, seja qual - fôr a denominação ou forma, contando que sejam edifícios imóveis.

§ 2º:- São considerados urbanos ou suburbanos, para os efeitos do pagamento dêste impôsto, os prédios situados na cidade, nos distritos e nos atuais patrimônios.

Art.175º:-O impôsto predial urbano constitui ônus real, passando com o prédio ao domínio do sucessor ou comprador.

Art. 176º:-O impôsto é proporcional ao valor locativo do imóvel, seja qual fôr a sua denominação ou forma, natureza, uso ou destino a que se aplique e será cobrado de acôrdo com as seguintes discriminações:

a)sôbre o respectivo valor locativo anual;

b)prédios alugados ou ocupados por terceiros, 10% (dez por cento) ;

c)prédios habitados ou utilizados pelo proprietário, 5% (cinco por cento).

Art.177º:-Os prédios serão lançados em nome dos seus rspectivos proprietários ou usufrutuários, que responderão pelos respectivos impóstos.

§ 1º:- Quando sujeitos a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio. Feita partilha será transferido para o nome dos respectivos sucessores, que serão obrigados a promover a transferência, na Prefeitura, para efeito do serviço de Cadástro, dentro de 30 (trinta) dias, a contar do encerramento do inventário, quando houver um só herdeiro, e a partir do julgamento definitivo da partilha, se houver mais de um herdeiro.

§ 2º:- A notificação do lançamento de prédios pertencentes a massas falidas, ou a sociedade em liquidação, se fará em nome dos respectivos representantes legais.

Art.178º:-Sempre que houver transferência de domínio de algum prédio por título particular, o novo proprietário o levará à Prefeitura, no prazo de 30 (trinta) dias, para a nova averbação, sob pena de multa do artigo 74, nº II, desta Lei.

Art.179º:-Os prédios locados não gozarão de isenção ou desconto em caso algum.

Art.180º:-O aluguel efetivo dos prédios de apartamentos será o total dos alugueis dêstes, salvo quando constituírem propriedades independentes.

Art.181º:-A falta de comunicação de qualquer aumento no valor locativo, obrigará o proprietário ao pagamento da multa do artigo 74, nº II, desta Lei, sem prejuízo das em que incorrer por falta de pagamento nas épocas próprias.

Art.182º:-O valor locativo compreende não só o aluguel, como qualquer outra quantia que o inquilino se obrigue a pagar pelo uso do prédio, seja a que título fôr.

Art.183º:-O lançamento será feito anualmente e terá início no mês de novembro, através do Departamento da Fazenda.

Paragrafo Único- Os prédios desabitados terão o seu lançamento como alugados.

Art.184º:-Compete aos lançadores:

I-Fazer o lançamento em visita pessoal, convidando os locatários ou sub-locatários dos prédios a terem em mãos os contratos de locação, recibos, cartas de fiança, etc., afim de serem examinados;

II-receber as declarações dos proprietários dos prédios quando habitados pelos próprios donos, procedendo com os mesmos a avaliação sumária;

III-entregar aos contribuintes, os avisos dos seus lançamentos.

Art.185º:-Do lançamento constará:

I-o nome do proprietário, endereço, zona, quadra, lote e rua;

II-o número deordem dos prédios eo estado em que se acharem, se em ruínas, em construção, alugados, habitados pelos proprietários ou desabitados e, se alugados, os nomes dos locatários;

III-as isenções, nos casos previstos nesta Lei;

IV-o valor locativo anual do prédio e tudo mais que possa servir de base para a bôa organização do lançamento cadastral;

V-o impôsto líquido a ser pago.

Art.186º:-O lançamento poderá ser feito ainda:

I-"ex-ofício", quando a declaração não fôr feita no tempo oportuno, ou quando se recuse o proprietário, enfiteuta, possuidor ou representante legal do contribuinte, a fazê-lo;

II-por funcionário especialmente designado, quando possível de suspeita a declaração apresentada;

III-à vista das estatíticas de transmissão "causa mortis".

Art.187º:-Serão observadas as disposições de Leis gerais sôbre a exigência de quitação do impôsto predial, para transferência de imóveis, a qualquer titulo.

Art.188º:-Concluído o lançamento, nenhuma modificação se fará dentro do exercício, salvo nos casos expressos nesta Lei.

Art.189º:-Serão lançados para fins estatísticos, sómente, os prédios que gozarem de isenção legal.

Art.190º:-Os prédios novos e não coletados na ocasião do lançamento, ficam sujeitos ao impôsto, desde o dia em que obtiverem licença de habitação, devendo, neste caso, obeer-se o disposto no artigo 176 desta Lei.

Art.191º:-O pagamento dêste impôsto será feito:

I-a primeira prestação, até o dia 30 de abril;

II-a segunda prestação, até o dia 31 de outubro.

§ 1º:- Será pago em uma só prestação, o impôsto - que não fôr superior a Cr.1.000,00 (hum mil cruzeiros), por ano - financeiro.

§ 2º:- Esgotados os prazos constantes dêste artigo, proceder-se-á na forma dos artigos 27 e 29, Capítulo VII desta Lei.

Do Impôsto de Indústrias e Profissões

Capítulo I

Da Incidência e das Isenções

Art.192º:-O impôsto de indústrias e profissões tem como fato gerador o efetivo exercício de atividade comercial ou industrial, ou o exercício de profissão, arte ou ofício, com localização fixa, e objetivo de lucro e remuneração.

Parágrafo Único- A incidência do impôsto e sua cobrança independem:

a)do resultado financeiro do efetivo exercício da atividade;

b)do cumprimento de quaisquer exigências legais ou regulamentares - relativas ao exercício da atividade, sem prejuizo das penalidades cabíveis.

Art.193º:-São isentos do impôsto de indústrias e profissões:

I-os teátros, circos e paruques de diversões;

II-os mercadores ambulantes, cujo movimento econômico anual fôr inferior ao salário mínimo regional anual;

III-os caixeiros viajantes, portadores de carteira profissional, que se limitarem aefetuar vendas mediante amostras e pedidos de mercadorias;

IV-os vendedores ambulantes de jornais, revistas, livros e bilhetes de loteria;

V-as pensões familiares com até dois hóspedes;

VI-a atividade do artífice exercida na própria residência, sem auxílio de terceiros.

Capítulo II

Da Alíquota e Base de Cálculo

Art.194º:-O impôsto de indústrias e profissões será calculado na base de alíquotas percentuais sôbre o movimento econômico do contribuinte, apurado segundo o disposto neste capítulo e de acôrdo com a tabela anéxa.

§ 1º:- Serão considerados como elemento representatâvo de movimento econômico:

a)para os estabelecimentos comerciais, indústriais e agro-pecuário,- o giro comercial gravado pelo impôsto de vendas e consignações;

b)para os estabelecimentos que operem em transações bancárias -- a receita bruta resultante das transações efetuadas no Município, - incluindo juros, comissões e demais ingressos provenientes da exploração de seus bens e serviços, não podendo êsse total, em - qualquer hipótese, ser inferior a 1% (um por cento) do saldo médio dos depósitos de origem local, apurado durante um ano;

c)para os estabelecimentos que operem em seguro e capitalização-- a receita bruta resultante da exploração de seus bens e serviços não podendo êsse total ser inferior a 1% (um por cento) do montante dos prêmios arrecadados, no Município, durante o ano;

d)para os cinêmas e outras casas de espetáculo e diversões---a re-

ceita bruta calculada com base no total do impôsto sôbre diversões públicas;

e)para as agências de turismo e viagens, escritórios de comissões e representações, corretores de imóveis e seguros, leiloeiros, - agências de loterias e estabelecimentos congêneres, quando operem, por conta deterceiros, nabase de comissões e percentagens-- a receita anual resultante das referidas comissões e percentagens;

f)para os estabelecimentos rurais, cujo movimento econômico não possa ser apurado pela escrita -- 5% (cinco por cento) do valor venal das terras e benfeitorias constante do Cadástro Fiscal da Prefeitura;

g)para os profissionais liberais e demais atividades não incluídas nos itens anteriores -- a receita bruta efetivamente realizada.

§ 2º:- Quando o movimento económico, por qualquer motivo, não puder ser apurado nos têrmos dos itens anteriores, tomár-se-á para base de cálculo a receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em hípótese alguma, ser inferior ao total dos seguintes parcelas:

a)valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano;

b)fôlha de salários pagos durante o ano, adicionada de honorários - de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes;

c)7% (sete por cento) do valor venal do imóvel, na parte ocupada - pelo estabelecimento, e dos equipamentos e instalações por êle - utilizados;

d)despesas com fornecimento de água, luz, fôrça, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte.

Art.195º:-A apreciação do movimento econômico será feita de acôrdo com as seguintes regras:

I-no primeiro ano será correspondente ao movimento do primeiro mês, multiplicado pelo número de meses de atividade no exercício;

II-no segundo ano será correspondente à média mensal do ano anterior multiplicada por doze;

III-nos anos seguintes será o movimento do ano imediatamente anterior.

Capítulo III

Das Declarações

Art.196º:-Dentro do prazo e das condições estabelecidas em regulamento, os contribuintes sujeitos ao pagamento do impôsto com base no movimento econômico farão entrega à Prefeitura, cada ano, de uma declaração fiscal relativa a êsse movimento e correspondente ao exercício anterior.

Art.197º:-A declaração será preenchida de ofício, arbitrando-se o movimento econômico quando o contribuinte, por qualquer motivo injustificado, deixar de apresentá-la, ou quando nela se verificar fraude, - má-fé, ou moissão dolosa, praticada com o fntuíto de prejudicar o

Fisco, ou quando o contribuinte prejudicar o exâme dos livros - próprios e demais elementos julgados necessários à sua comprovação.

Art.198º:-O procedimento de ofício de uqe trata o artigo anterior prevalecerá até prova em contrário, feita antes do lançamento do impôsto.

Art.199º:-Estão sujeitos à declaração de que trata êste capítulo os estabelecimentos comerciais ou industriais situados em propriedades rurais e pertencentes ou não aos proprietários destas.

Capítulo IV

Do Lançamento e da Arrecadação

Art.200):-O lançamento do impôsto de indústrias e profissões, será feito - anualmente, em face dos elementos constantes das inscrições existentes no Cadástro do Comércio, da Indústria e das Profissões e das declarações de que trata o capítulo III, dêste Título.

Parágrafo Único- O lançamento será feito de ofício:

a)quando, em consequência de revisão, o movimento econômico constante da declaração fôr modificado de ofício;

b)quando o contribuinte deixar de preencher e apresentar sua declaração ao órgão fazendário competente, dentro do prazo regulamentar.

Art.201º:-Consideram-se estabelecimentos distintos para efeito de lançamento e cobrança do impôsto:

I-os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II-os que, embora pertencentes à mesma pessôa física ou jurídica, - funcionem em locais diversos.

Parágrafo Único- Não são considerados como locais diversos dois ou mais - imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel.

Art.202º:-As pessôas que, no decorrer do exercício, se tornarem sujeitos à incidência do impôsto, serão lançadas, inclusive, a partir do trimestre em que iniciarem as atividades.

Art.203º:-Os fabricantes ou industriais que no mesmo estabelecimento ou em estabelecimentos diversos, venderem, também, a varejo, produtos - de sua fabricação, serão lançados com os impóstos correspondentes a cada atividade distinta isto é, como industrial e como comerciante retalhista, na proporção do valor das respectivas operações.

Art.204º:-Os estabelecimentos comerciais que negociarem com produtos classificados em mais de um dos grupos de atividade constantes das - tabelas anexas a êste Código, serão lançados com base no giro comercial total, pela alíquota imediatamente inferior á mais elevada ecorrespondente a um dêsses produtos.

Art.205º:-A arrecadação do impôsto de indústrias e profissões será processada nas épocas e na forma estabelecidas em regulamento.

Título VII

Do Impôsto sôbre Diversões Públicas

Capítulo Único

Da Incidência, da Alíquota e da Base de Cálculo

Art.206º:-O impôsto sôbre diversões públicas tem como fato gerador:

I-a aquisição onerosa do direito de ingresso em local onde se realize espetáculo, exibição, representação ou função, ou onde sejam praticadas jogos, embates, prélios, divertimentos, ou certâmes de qualquer espécie;

II-a aquisição onerosa do direito de participar dos jogos, divertimentos, certames ou atividades a que se refere o item I dêste artigo.

Art.207º:-O impôsto sôbre diversões públicas será calculado de conformidade com a tabela anexa a êste Código, tomando-se por base:

I-o prêço cobrado por bilhete de ingresso, em qualquer divertimento público, ou de rifas, cartões, talão ou outro sistema de aposta empregado em jogos esportivos, ou não, devidamente licenciados;

II-o prêço cobrado em cartões com ou sem picotes, bilhetes ou outro qualquer sistema de cobrança por contradança, ou a título de consumação, em "dancings","boites" ou estabelecimentos congêneres;

III-o preço cobrado por meio de qualquer sistema a título de consumação mínima, "couvert" ou aluguel de mesa em qualquer estabelecimento de diversão;

IV-o preço cobrado pela utilização de aparêlhos, armas e outros meios macânicos ou não, instalados em parques de diversões ou outros permitidos.

Parágrafo Único- Quando não houver cobrança de entrada ou venda de bilhetes e, por isso mesmo, não fôr possível apurar-se o valor exato do ingresso ou ônus individual, o impôsto será calculado sôbre o movimento econômico ou a receita bruta diàriamente apurados ou arbitrados.

Art.208º:-O regulamento a ser expedido disporá sôbre a arrecadação, o recolhimento e demais obrigações do impôsto, os bilhetes de ingresso, a instalação ou armação de circos, de parques ou barracas.

Art.209º:- Os empresários, proprietários, arrendatários ou quaisquer pessoas que, individual ou coletivamente, sejam responsáveis por qualquer casa ou local em que se realizarem diversões públicas, são obrigados, sob pena de multa, a fornecer ingressos, bilhetes ou cartões pelos quais se possa calcular o valor do impôsto, na forma prevista em regulamento.

Art.210º:- Para os efeitos do artigo anterior, consideram-se casas de diversões: os cinêmas, teátros, circos, salões ou clubes de dança, concêrtos, conferências, exposições e congêneres, os hipódromos,

campos ou quadras de esportes de qualquer natureza: as piscinas, os parques de diversões ou quaisquer outros locais, edificados ou não, onde se realizem divertimentos públicos de qualquer espécie.

Parágrafo Único- O disposto neste artigo não atinge as associações esportivas e recreativas, com existência legal, que são isentas do impôsto.

Art.211º:-Ficam isentos do impôsto, as permanentes gratuitas fornecidas às autoridades, aos jornalistas e aos radialistas.

Parágrafo Único- As autoridades fiscais poderão exigir dos portadores de permanentes gratuítas a apresentação de carteira de identidade.

Art.212º:-Os empresários ou responsáveis por casas, estabelecimentos, locais ou emprêsas de diversões, franquearão aos funcionários designados pela Prefeitura, as salas de espetáculos ou locais de jogos e diversões, as bilheterias e mais que fôr necessário a fim de ser verificada a fiél observância e execução dêste Código, não podendo conservar as bilheterias fechadas a chave, sob pena de multa.

Art.213º:-São responsáveis pela arrecadação e recolhimento do impôsto os empresários ou encarregados das casas, emprêsas, estabelecimentos, instalações ou locais de diversões públicas e jogos permitidos, esportivos ou não.

Titulo VIII

Das Taxas

Capítulo I

Disposições Gerais

Art.214º:-Em razão de serviços específicos prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição pela Prefeitura, serão cobrados as seguintes taxas:

I-de expediente;
II-de assistência social;
III-de coleta de lixo;
IV-de aferição de pesos e medidas;
V-de licença;
VI-de serviços diversos.

Art.215º:-São isentos das taxas de coleta de lixo e serviços diversos:

I-os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União e do Estado;
II-os templos de qualquer culto.

Capítulo II

Da Taxa de Expediente

Art.216º:-A taxa de expediente é devida pela apresentação de petições e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais, ou pela lavratura de têrmos e contratos com o Município.

Art.217º:-A taxa de que trata êste capítulo é devida pelo recorrente ou por quem tiver direito no ato do govêrno municipal e será cobrada de

acôrdo com a tabela anexa.

Art.218º:-A cobrança da taxa será feita por meio de sêlo ou por conhecimento, na ocasião em que o ato fôr praticado, assinado ou visado, ou em que o instrumento formal fôr protocolado, expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido.

Art.219º:-Ficam isentos da taxa de expediente os requerimentos e certidões relativas ao serviço de alistamento militar, ou para fins eleitorais.

Capítulo III

Da Taxa de Assistência Social

Art.220º:-A taxa de assitência social se destina a custear as despesas com o amparo aos necessitados do Município e a auxiliar ou subvencionar as instituições beneficientes que os amparem.

Art.221º:-Consideram-se necessitados todos aquêles que, por doença, velhice, invalidez, ou outras causas justificadas, sejam incapazes de prover a própria existência e de seus dependentes -- enquanto perdurar a incapacidade.

Art.222º:-A assistência será prestada na forma de proteção à maternidade e à infância, de atendimento médico, médico-hospitalar e medicamentoso, de ajudas para alimentos, de albergue noturno e outros auxílios.

Art.223º:-A taxa de assistência social incidirá sôbre os impóstos referidos no artigo 2º, item I, dêste Código e será cobrada na base de 10% (dez por cento) do montante dêsses impóstos.

Art.224º:-O lançamento e a arrecadação da taxa de assistêcia social serão feitos conjuntamente com o lançamento e a arrecadação dos impostos mencionados no artigo anterior.

Capítulo IV

Da Taxa de Coleta de Lixo

Art.225º:-A taxa de coleta de lixo é devida pelos proprietários de prédios situados nos logradouros beneficiados com o serviço de remoção de lixo, resíduos e escórias, na cidade e nas vilas.

Art.226º:-A taxa de coleta de lixo será calculada à base de 10% (dez por cento) do que fôr devido a título de impôsto predial.

Art.227º:-Para os prédios ocupados, no tôdo ou em parte, por negocios ou escritórios comerciais, ou profissionais, oficinas em que não funcionem maquinismos a motor, ou habitação coletiva, não incluídos no parágrafo seguinte, a importância da será acrescida de 20% (vinte por cento).

Parágrafo Único- Quando o prédio estiver ocupado, no tôdo ou em parte, por hotel, hospedaria, padaria, café, colégio, fábrica, oficina que empregue máquina a motor, garagem, pôsto de gasolina, lubrificantes e similares, clubes, cinêmas e outras casas de diversões, ou

tinas, restaurantes, serveterias e bares, a importância será acrescida de 20% (vinte por cento).

Art.228º:-O lançamento e a arrecadação da taxa de limpeza pública reger-se-ão pelas normas estabelecidas para o imposto predial.

Capítulo V

Da Taxa de Aferição de Pesos e Medidas

Art.229º:-A taxa de aferição de pesos e medidas recai sôbre quem, no exercício de atividade lucrativa, medir ou pesar qualquer artigo destinado à venda, e será arrecadada na conformidade da tabela anexa a êste Código.

Art.230º:-As pessoas referidas no artigo anterior são obrigados a possuir medidas, pêsos, balanças, inclusive aparêlho ou instrumento de pesar e medir adequados ao comércio, à indústria ou a profissão, devidamente aferidos na Prefeitura.

Parágrafo Único- A aferição de que trata êste artigo se processará nos têrmos e condições previstos nas posturas municipais, observada a legislação federal respectiva.

Art.231º:-As aferições serão feitas anualmente, ou quando necessário, no decurso do exercício, e se processarão:

I-na repartição competente, quando se tratar de início de atividades que, por sua natureza, estejam obrigados ao uso de pêsos, balanças, medidas ou qualquer instrumento ou aparêlho de pesar ou medir;

II-a domicílio, nos estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, na forma declarada em instruções ou nas posturas municipais;

III-na repartição competente, quando se tratar de pêsos, medidas e balanças usadas pelos ambulantes.

Art.232º:-O uso de pêsos, balanças e medidas, inclusive de qualquer instrumentos ou aparêlhos de pesar ou medir, são aferidos préviamente ou, ainda, a falta ou adulteração dos mesmos, constituirão infração passível das penalidades previstas no capítulo XII, titulo I dêste Código.

Capítulo VI

Das Taxas de Licença

Seção 1ª

Disposições Gerais

Art.233º:-As taxas de licença têm como fato gerador a outorga de permissão para o exercício de atividades ou à prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização de competência do Municí-

Art.234º:-pio.

Art.234º:-As taxas de licença são exigidas para:

I-localização de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais no território do Município;

II-renovação da licença para localização de estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais;

III-funcionamento de estabelecimentos comerciais em horários especiais;

IV-exercício, no território do Município, de comércio eventual ou ambulante;

V-execução de óbras particulares;

VI-execução de arruamento e loteamentos em terrênos particualres;

VII-tráfego de veículos;

VIII-publicidade;

IX-ocupação de áreas em vias e logradouros públicos;

X-abate de gado fora do matadouro municipal.

Art.235º:-Para efeito da cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos comerciais, industriais e profissionais os definidos no artigo 161. do capítulo III, do título III, dêste Código.

Seção 2ª

Da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Profissionais

Art.236º:-Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou profissional, poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam os seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

Parágrafo Único- As atividades cujo exercício dependam de autorização de - competência exclusiva da União, ou do Estado, não estão isentas da taxa de que trata êste artigo.

Art.237º:-O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será - exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento, ou cada vez que se verificar mudança de ramo de atividade.

Parágrafo Único- A taxa será cobrada de conformidade com a tabela anexa.

Art.238º:-Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, serão acompanhados da competente ficha de inscrição no Cadástro do Comércio, da Indústria e das Profissoes, pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para êsse fim no Título III, dêste Código.

Art.239º:-A licença para localização e inscrição inicial é concedida mediante despacho, expedindo-se o Alvará respectivo.

Art.240º:-A taxa de licença de que trata esta Seção independe de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença; a licença inicial.

Seção 3ª

Da Taxa de renovação da Licença para Localização de Estabelecimentos Comerciais, Industriais ou Profissionais

Art.241º:-Além da taxa de licença para localização, os estabelecimentos Co-

mercials, industriais ou profissionais estão sujeitos, anualmente, à taxa de renovação da licença para localização.

Art.242º:- A taxa de renovação da licença para localização será cobrada de conformidade com a Tabela anexa.

Art.243º:- O alvará de licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de novo requerimento, desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento da taxa e esteja inscrito no Cadástro do Comércio, da Indústria e das Profissões, até 31 de janeiro.

Parágrafo Único- Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar na posse do alvará de que trata êste artigo, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação.

Art.244º:- O não cumprimento do estabelecimento do disposto no artigo anterior, poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante autorização da autoridade competente.

§ 1º:- A interdição será precedida de notificação ao responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que regularize sua situação.

§ 2º:- A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas devidas.

Seção 4ª

Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial

Art.245º:- Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial.

Art.246º:- A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mês ou ano, de acôrdo com a tabela anexa a êste Código, e arrecadada antecipada e independentemente de lançamento.

Art.247º:- É obrigatória a fixação, junto do alvará de licença de localização, em local visível acessível à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente êsse horário, sob as penas previstas nêste Código.

Seção 5ª

Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulantes

Art.248º:- A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia.

§ 1º:- Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festêjos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura.

§ 2º:- É considerado, também, como comércio eventual o que é, exercido em instalações removíveis nas vias e logradouros públicos, como balcões, barracas, mêsas, taboleiros e semelhantes.

§ 3º:- Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabeleciem

mento, instalação ou localização fixa.

Art.249º:-Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias e logradouros públicos.

Art.250º:-A taxa de que trata esta Seção, será cobrado de acôrdo com a Tabela anéxa a êste Código e na conformidade do respectivo regulamento observados os seguintes prazos:

I-antecipadamente, quando por dia;

II-até o dia 5 do mês em que fôr devida, quando mensal;

III-durante o primeiro mês do semestre em que fôr devida, quando por ano.

Art.251º:-O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação do sólo.

Art.252º:-É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º:- Não se inclui na exigência deste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que, por ocasião de festejos ou comemorações, - explorem o comércio eventual ou ambulante.

§ 2º:- A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas carácterísticas iniciais da atividade por êle exercida.

Art.253º:-Ao comerciante eventual ou ambulante que satisfizer as exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinada a basear a cobrança desta.

Art.254º:-Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que - pertençam a contribuintes que hajam pago respectiva taxa.

Art.255º:-São isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante:

I-os cegos e mutilados que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima;

II-os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas;

III-os engraxates ambulantes.

Seção,6ª

Da Taxa de Licença para Execução de Óbras Particulares

Art.256º:-A taxa de licença para execução de óbras particulares é devida em tôdos os casos de construção, reconstrução, refórma ou demolição de prédios, muros ou qualquer outra óbra, dentro das áreas urbanas do Município.

Art.257º:-Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou óbra de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura e pagamento da taxa devida.

Art.258º:-A taxa de licença para execução de óbras particulares será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

Art.259º:-São isentos da taxa a que se refere esta Seção:

I-a limpeza ou pintura externa de prédios, muros ou gradís;

II-a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

III-a construção de barracões destinados à guarda de materiais para - óbras já devidamente licenciadas.

Seção 7ª

Da Taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrênos Particulares

Art.260º:-A taxa de licença para execução de arruamentos e loteamentos de - terrênos particulares é exigível pela permissão outorgada pela - Prefeitura, na forma da Lei, e mediante prévia aprovação dos respectivos planos e projetos para arruamento ou parcelamento de terrênos particulares, segundo o zoneamento em vigôr no Município.

Art.261º:-Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser - executado sem o prévio pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Art.262º:-A licença concedida constará de alvará, no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruador, com referência a obras de terraplanagem e urbanização.

Art.263º:-A taxa de que trata esta Seção, será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

Seção 8ª

Da Taxa de Licença para o Tráfego de Veículos

Art.264º:-A taxa de licença para o tráfego de veículos é devida por todos os proprietários de veículos em circulação no Município e será cobrada anualmente de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

Art.265º:-Todos os veículos que circulam no Município ainda que isentos de - pagamento de taxa, deverão ser inscritos na repartição competente da Prefeitura.

Parágrafo Único- A inscrição será feita pelo proprietário do veículo, mediante o preenchimento de ficha própria, fornecida pela Prefeitura.

Art.266º:-A inscrição de que trata o artigo anterior, deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários dos veículos obrigados a comunicar à repartição competente, para êsse fim, tôdas as modificações que ocorrerem nas características essenciais dos mesmos.

Art.267º:-O pagamento da taxa será feito de uma só vez, anualmente, antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes.

Parágrafo Único- Cobrar-se-á pela metade a taxa referente a veículo licenciado pela primeira vez, no segundo semestre do exercício.

Art.268º:-A baixa do veículo, no registro, quando requerida depois do mês de

janeiro, sujeita o proprietário ao pagamento da taxa correspondente a todo o exercício.

Art.269º:-São isentos da taxa de licença para o tráfego de veículos:

I-Os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores, quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos;

II-os veículos destinados aos serviços agrícolas, usados ùnicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores;

III-as bicicletas, quando destinadas ao uso exclusivo de seu proprietário;

IV-pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, os veículos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros municípios.

Seção 9ª

Da Taxa de Licença para Publicidade

Art.270º:-A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeita à prévia licença da Prefeitura e, quando fôr o caso, ao pagamento da taxa devida.

Art.271º:-Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior:

I-os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em parêdes, muros, postes, veículos ou calçadas;

II-a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falantes e propagandistas.

Parágrafo Único- Compreendem-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis das vias públicas.

Art.272º:-Respondem pela observância das disposições desta Seção tôdas as pessôas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado.

Art.273º:-Sempre que a licença depender de requerimento, deverá ser instruído com a descrição da posição, da situação, das côres, os dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos.

Parágrafo Único- Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não fôr de propriedade do requerente, deverá êste juntar ao requerimento a autorização do proprietário.

Art.274º:-Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anúncios, sujeitos à taxa, um número de identificação fornecido pela repartição competente.

Art.275º:-Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem, ficando,

por isso, sujeitos à revisão da repartição competente.

Art.276º:-A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o período - fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela anexa a êste Código.

§ 1º:- Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento) da taxa os - anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas, - bem como os redigidos em lingua estrangeira.

§ 2º:- A taxa será paga adiantamente, por ocasião da outorga da licença.

§ 3º:- Nas licenças sujeitas a renovação anual, a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento.

Art.277º:-São isentos de taxa de licença para publicidade:

I-os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais;

II-as tabuletas indicativas de sitios, granjas ou fazendas, bem como as de rumo ou de direção de estradas;

III-os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas;

IV-os anúncios publicados em jornais, revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão.

Seção 10ª

Da Taxa de Licença para Ocupação do
Sólo nas Vias e Logradouros Públicos

Art.278º:-A ocupação de sólo nas feiras e nas vias ou logradouros públicos, fica sujeita a licença da Prefeitura, mediante o pagamento da taxa respectiva cobrada adiantadamente, de acôrdo com a tubela anexa a êste Código.

Art.279º:-Entede-se por ocupação de sólo aquela feita mediante instalação - provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, qiosque, aparelho e qualquer outro móvel ou utensílio, depósto de materiais para - fins comerciais ou profissionais, e estabelecimentos de veículo, em locais permitidos.

Art.280º:-Sem prejuizo do tributo, emultas devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos, qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias de logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção.

Seção 11ª

Da Taxa de Licença para Abate de
Gato fóra do Matadouro Municipal

Art.281º:-O abate de gado destinado ao consumo público quando não houver matadouro municipal, em ditrítos fóra da séde, só será permitido, - mediante licença da Prefeitura, precedida deiinspecção sanitária feita nas condições previstas nas posturas municipais.

Art.282º:-Concedida a licença de que trata o artigo anterior, o abte do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva, cobruda de acôr

com a tabela anexa a este Código.

Art.283º:-A exigência da taxa não atinge o abate de gado em xarqueadas, fr gorífico ou outros estabelecimentos, fiscalizados pelo serviço federal competente, salvo quando ao gado cuja carne fresca se de tinar ao consumo local, ficando o abate, nesse caso, sujeito ao tributo.

Art.284º:-A arrecadação da taxa de que trata esta Seção, será feita no áto da concessão da respectiva licença ou, no caso do artigo anterio ao ser a carne distribuida ao consumo local.

Art.285º:-Fica sujeito às penalidades previstas neste Código e nas postura municipais, quem abater gado fóra do matadouro municipal, sem pr via licença da Prefeitura e pagamento das taxas devidas.

Capítulo VII

Das Taxas de Serviços Diversos

Art.286º:-Pela prestação dos serviços de numeração de prédios, de apreensã e depósito de bens móveis, semoventes e mercadorias, de alinhame to, nivelamento e de cemitério, inclusive quanto às concessões, serão cobradas as seguintes taxas:

I-de numeração de prédios;

II-de apreensão de bens móveis ou semoventes e de merdadorias;

III-de alinhamento e nivelamento;

IV-de cemitério.

Art.287º:-A taxa de iluminação pública, será cobrada à razão de Cr$5,00 ((cinco cruzeiros), por metro linear de frente dos imóveis.

Parágrafo Único- O lançamento e a arrecadação da taxa, serão feitos conjun tamente com os impóstos:predial e territorial urbanos.

Art.288º:-A arrecadação das taxas de que trata êste Capítulo será feita no áto da prestação do serviço antecipadamente ou posteriormente, - segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acôrdo com as tabelas anexas a êste Código.

Título IX

Da Contribuição de Melhoria

Capítulo I

Disposições Gerais

Art.289º:-A contribuição de melhoria será devida sempre que ocorra valori- zação de imóveis, rurais ou urbanos, de propriedade particular, resultante da execução de óbras públicas, especialmente nos se- guintes casos:

a)abertura ou alargamento de ruas, parques, campos de espórte, via e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis,e via dutos;

b)nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização, ou - iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalaçã de esgôtos ou sanitários;

c)proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos dágua;

d)canalização de água potável e instalação de rêde elétrica;

e)aterros e óbras de embelezamento em geral, inclusive desapropriações para desenvolvimento paisagístico.

Art.290º:-A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em limites superiores à despesa realizada, nem ao acrescimo de valôr que da óbra decorrer para o imóvel beneficiado (Constituição Federal - artigo 30 parágrafo único).

Art.291º:-Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes, a qualquer título.

Art.292º:-As óbras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas:

I-ordinário, quando referente a óbras ou melhoramentos preferenciais e de iniciativa da própria administração;

II-extraordinário, quando referente a óbra de menor interêsse geral, solicitada por mais da metadde dos proprietários interessados.

Art.293º:-Para a cobrança da contribuição de melhoria, a repartição competente deverá:

I-publicar o plano especificado da óbra e seu orçamento;

II-estabelecer os limites das zonas beneficiadas, direta ou indiretamente;

III-publicar o cálculo provisório da contribuição de melhoria e da sua gradual distribuição entre os(candidátos) contribuintes.

Art.294º:-No custo das óbras serão computadas as despêsas de estudo e administração, desapropriações, e operações de financiamento, inclusive juros não excedentes de 12% (doze por cento) sôbre o capital empregado.

Art.295º:-A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valôres venais dos terrênos presumivelmente beneficiados, constantes do Cadástro Imobiliário; na falta dêsse elemento, tomar-seá por base a área ou a testada dos terrênos.

Art.296º:-Para o cálculo necessário à verificação da responsabilidade dos contribuintes, prevista nêste Código, serão também computadas quaisquer áreas marginais, correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrênos isentos da contribuição de melhoria.

Parágrafo Único- A dedução de superfícies ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributada, sómente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado ou ao Município.

Art.297º:-No cálculo da contribuição de melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes de loteamento aprovado ou

físicamente devididos em caráter definitivo.

Art.298º:-Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição de melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas, - ainda que provenientes de títulos diversos.

Art.299º:-Em havendo condmínio, quer de simples terrêno, quer de terrêno e edificação, a contribuição será lançada em nome de tôdos os condo mínios, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art.300º:-Em se tratando de vila edificada no interior de qualteirão, a con tribuição de melhoria correspondente à área pavimentada fronteira à terrêno ou fração ideal de terrêno de cada um; a área reservada à via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários.

Art.301º:-No caso de parcelamento de imóvel, já lançado, poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis em que efetivamente se subdividir o primitivo.

Art.302º:-Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa à propriedades primitiva distribuida de forma que a sôma dessas novas quotas corresponda à quota global anterior

Art.303º:-As obras a que se refere o item II do artigo 279, quando julgadas de interêsse público, só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada.

§ 1º:- A importância da caução não poderá ser superior a dois terços do orçamento total.

§ 2º:- O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo ról de contribuições, em que mencionará, também, a caução - que couber a cada interessado.

Art. 304º:-Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de 30 - (trinta) dias, examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas.

§ 1º:- Os interessados, dentro do prazo previsto neste artigo, deverão - manifestar-se sôbre se concordam ou não com o orçamento, as contribuições e a caução, apontando as dúvidas e enganos a serem sanados.

§ 2º:- As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro de - prazo não superior a sessenta(60) dias, a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata êste artigo.

§ 3º:- Não sendo prestadas, totalmente, as cauções, no prazo de que trata o § 2º, a óbra solicitada não terá início, devolvendo-se as - cauções depositadas.

§ 4º:- Em sendo prestadas tôdas as cauções individuais e achando-se solucionadas as reclamações feitas, as obras serão executadas, procedendo-se, daí em diante, na conformidade dos dispositivos relati-

vos a execução de obras do plano ordinário.

§ 3º:- Assim que a arrecadação individual das contribuições atingir quantia que, somada à das cauções prestadas, perfaça o total do débito de cada contribuinte, transferir-se-ão as cauções à receita respectiva, anotando-se no lançamento da contribuição a liquidação total do débito.

Art.305º:-Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância contra - lançamento, com recurso para a Junta de Recursos Fiscais.

Parágrafo Único- No caso dêste artigo, a execução das obras e melhoramentos só terá início após o julgamento da reclamação.

Art.306º:-A contribuição de melhoria será paga de uma só vez, quando inferior a Cr$ 1.000,00 (mil cruzeiros) ou, quando superior a esta quantia, em prestações mensais, semestrais, ou anuais, a juros de 12% (doze por cento) ao ano, até o prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único- É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com desconto dos juros correspondentes.

Art.307º:-Quando a obra fôr entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juízo da administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas.

Art.308º:-É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com títulos da dívida pública municipal, pelo valôr nominal, emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento em virtude da qual foi lançado.

Art.309º:-Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito à contribuição de melhoria, o órgão fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos

Art.310º:-O Prefeito Municipal fixará, em têrmos percentuais, mediante decreto e observadas as normas estabelecidas nêste Título, a parte do - custo da obra ou melhoramento a ser recuperado dos beneficiados e regulamentará os prazos de arrecadação e outros requisitos necessários à publicação da contribuição de melhoria.

Art.311º:-Não caberá a exigência da contribuição de melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições contidas nêste Título.

Capítulo II

Disposições Especiais sôbre as Óbras de Pavimentação

Art.312º:-Entenden-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação, propriamente dita, na parte correqável das vias e logradouros públicos e dos passeios, os trabalhos preparatórios ou complementares habituais, como estudos topográficos, terraplanagem - superficial, obras de escoamento local, guias, pequênas obras de a arte e ainda os serviços de administração, quando contratados.

Art.313º:-A contribuição de melhoria é devida pela execução de serviços de

pavimentação:

I-em vias no tôdo ou em parte ainda não pavimentadas;

II-em vias em que cujo tipo de pavimentação, por motivo de interêsse público, a juízo da Prefeitura, deva ser substituido por outro de melhor qualidade.

§ 1º:- Nos casos de substituição por tipo idêntico ou equivalente não é devida a contribuição, desde que as obras primitivas hajam sido executadas sob o regime de contribuição de melhoria, taxa de calçamento ou tributo análogo.

§ 2º:- Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade, a contribuição será calculada, tomando-se por base a diferênça entre o custo da pavimentação nova eo da parte correspondente ao antigo, reorçado êste último com bases nos prêços do momento; reputar-se-á nulo, para êsse efeito, o custo da pavimentação anterior, quando feita em material sílico-argiloso, macadame ou com simples apedregulhamento.

§ 3º:- Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouros, a contribuição será calculada tomandoêse por base tôda a diferênça do custo entre as duas obras.

Art.314º:-O custo total das obras de pavimentação que vierem a ser executadas nos têrmos dos artigos anteriores, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários marginais das vias e logradouros beneficiados na razão de 1/3 (um têrço) para aquela e 2/3 (dois têrços) para êstes e fazendo-se a distribuição da parte que toca aos proprietários segundo o dispôsto no artigo 295 dêste Título.

Art.314º:-Assentado periòdicamente o programa ordinário de pavimentação, procederão as repartições técnicas competentes à elaboração dos projetos e das especificações e orçamentos respectivos.

Art.315º:-Aprovado o orçamento de cada trêcho típico e apurada a importância total a ser distribuida entre as áreas marginais, será verificada a quota correspondente a acada uma destas.

Capítulo III

Disposições Especiais sôbre as Obras de Construção de Estradas

Art.316º:-Entende-se por obras de construção de estradas, os trabalhos de levantamento, locação, abertura e limpêsa do traçado, cortes, atêrros desatêrros, terraplanagem, pavimentação, escoamento e suas respectivas obras de arte, como pontes, viadutos, pontilhões, mata-burros e outras, e quando se tratar de obra contratada, os serviços de adadministração.

§ 1º:- São ainda consideradas como obras de construção as de pavimentação asfáltica, podiétrica ou a paralelepípedo, quando executadas em tôda a extensão da estrada, ligando uma aglomeração urbana a outra ou os pontos de partida e de chegada constantes do projeto pré-estabelecido.

§ 2º:- São consideradas apenas de conservação a s obras de construção de desvios, pequenas retificações, construção de pontes, pontilhões e mata-burros em estradas existentes.

Art.317º:-A contribuição de melhoria exigida na forma dêste Capítulo destina-se, exclusivamente, à indenização parcial de despêsas feitas com a construção de estradas municipais e será exigível dos proprietários de terrenos marginais, lindeiros ou adjacentes às obras realizadas na área rural do Município, quando da obra resultar para os mesmos.

Art.318º:-O custo das obras de construção de cada estrada, observadas as disposições constantes do Capítulo I dêste Título, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos nas seguintes formas:

I-um sexto(1/6) caberá aos proprietários dos terrenos marginais;

II-um duodécimo(1/12) caberá ao proprietários dos terrenos adjacentes ou não a estrada construída, mas cujas propriedades passarem medita ou imediatamente a ser servidas pela estradas e por ela beneficiada;

III-o restante caberá a Prefeitura à conta das quotas do Fundo Rodoviário Nacional e de outras verbas destinadas à construção de estradas.

Art.319º:-O cálculo da contribuição exigível de cada proprietário será feito nas seguintes bases:

I-levantar-se-á um ról dos imóveis beneficiados diretamente pela obra executada e outro dos beneficiados indiretamente, contendo os nomes dos proprietários e os valôres venais de cada imóvel, excluidos os valôres das benfeitorias, devendo cada ról ser somado separadamente;

II-achar-se-ão,a seguir, separadamente, um sexto (1/6) e um duodécimo(1/12) do custo total das obras executadas;

III-dividindo-se o total de cada ról pela quantia correspondente a um sexto (1/6) ou a um duodécimo (1/12), conforme fôr o caso, obter-se-á um quociente que, dividido pelo valôr venal de cada terreno, dará a contribuição relativa a êste terreno.

Art.320º:-Quando a construção fôr socitada por interessados e a estrada se destinar ao uso privativo dos mesmos, cobrar-se-á o custo total das obras mediante depósito prévio do valôr orçado.

Art.321º:-Aplicam-se, quanto aos condôminos, ao lançamento e à arrecadação desta contribuição, as disposições constantes do Capítulo I dêste Título.

TABELAS DO IMPÔSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES

Tabela I
Parte Fixa

Classes:		Taxas Fixas do Impôsto
1	Cr$	200,00
2		250,00
3		300,00
4		350,00
5		400,00
6		450,00
7		500,00
8		550,00
9		600,00
10		700,00
11		800,00
12		900,00
13		1.000,00
14		1.200,00
15		1.400,00
16		1.600,00
17		1.800,00
18		2.000,00
19		2.250,00
20		2.500,00
21		2.750,00
22		3.000,00
23		3.500,00
24		4.000,00
25		4.500,00
26		5.000,00
27		5.500,00
28		6.000,00
29		6.500,00
30		7.000,00
31		7.500,00
32		8.000,00
33		9.000,00
34		10.000,00
35		11.000,00
36		12.000,00
37		13.500,00
38		15.000,00
39		16.500,00
40		18.000,00
41		20.000,00
42		22.000,00
43		25.000,00
44		27.500,00
45		30.000,00
46		32.500,00
47		35.000,00
48		37.500,00
49		40.000,00
50		43.000,00
51		46.000,00
52		50.000,00
53		55.000,00
54		60.000,00
55		65.000,00
56		70.000,00

Classes:		Taxas Fixas do Impôsto:
57	..... Cr$	75.000,00
58	.....	80.000,00
59	.....	85.000,00
60	.....	90.000,00
61	.....	95.000,00
62	.....	100.000,00
63	.....	110.000,00
64	.....	120.000,00
65	.....	130.000,00
66	.....	140.000,00
67	.....	150.000,00
68	.....	160.000,00
69	.....	170.000,00
70	.....	180.000,00
71	.....	190.000,00
72	.....	200.000,00
73	.....	215.000,00
74	.....	230.000,00
75	.....	250.000,00
76	.....	275.000,00
77	.....	300.000,00
78	.....	325.000,00
79	.....	350.000,00
80	.....	400.000,00

IMPÔSTO PROPORCIONAL AO MOVIMENTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES MERCANTÍS

(atacado e a Varêjo)

Movimento:				Impôsto:
Até	Cr$ 30.000,00			Cr$ 1.000,00
De mais de	30.000,00	até	60.000,00	1.500,00
" " "	60.000,00	"	90.000,00	2.000,00
" " "	90.000,00	"	120.000,00	2.500,00
" " "	120.000,00	"	150.000,00	3.000,00
" " "	150.000,00	"	200.000,00	3.500,00
" " "	200.000,00	"	250.000,00	4.000,00
" " "	250.000,00	"	300.000,00	4.500,00
" " "	300.000,00	"	350.000,00	5.000,00
" " "	350.000,00	"	400.000,00	5.500,00
" " "	400.000,00	"	500.000,00	6.000,00
" " "	500.000,00	"	600.000,00	6.500,00
" " "	600.000,00	"	700.000,00	70000,00
" " "	700.000,00	"	800.000,00	7.500,00
" " "	800.000,00	"	900.000,00	8.000,00
" " "	900.000,00	"	1.000.000,00	9.000,00
" " "	1.000.000,00	"	1.250.000,00	10.000,00
" " "	1.250.000,00	"	1.500.000,00	11.000,00
" " "	1.500.000,00	"	1.750.000,00	12.000,00
" " "	1.750.000,00	"	2.000.000,00	13.000,00
" " "	2.000.000,00	"	2.500.000,00	14.000,00
" " "	2.500.000,00	"	3.000.000,00	15.000,00
" " "	3.000.000,00	"	3.500.000,00	16.000,00
" " "	3.500.000,00	"	4.000.000,00	17.000,00
" " "	4.000.000,00	"	4.500.000,00	18.000,00
" " "	4.500.000,00	"	5.000.000,00	19.000,00
" " "	5.000.000,00	"	5.500.000,00	20.000,00
" " "	5500.000,00	"	6.000.000,00	21.000,00
" " "	6.000.000,00	"	7.000.000,00	23.000,00
" " "	7.000.000,00	"	8.000.000,00	25.000,00
" " "	8.000.000,00	"	9.000.000,00	27.000,00

Movimento:				Impôsto:
De mais de	Cr$ 9.000.000,00	até	10.000.000,00	Cr$ 29.000,00
" " "	10.000,000,00	"	12.500.000,00	33.000,00
" " "	12.500.000,00	"	15.000.000,00	37.000,00
" " "	15.000.000,00	"	17.500.000,00	41.000,00
" " "	17.500.000,00	"	20.000,000,00	45.000,00
" " "	20.000,000,00	"	25.000.000,00	50.000,00
" " "	25.000.000,00	"	30.000.000,00	56.000,00
" " "	30.000.000,00	"	35.000.000,00	63.000,00
" " "	35.000.000,00	"	40.000.000,00	71.000,00
" " "	40.000.000,00	"	45.000.000,00	79.000,00
" " "	45.000.000,00	"	50.000.000,00	88.000,00
" " "	50.000.000,00	"	60.000.000,00	106.000,00
" " "	60.000.000,00	"	70.000.000,00	124.000,00
" " "	70.000.000,00	"	80.000.000,00	150.000,00
" " "	80.000.000,00	"	90.000.000,00	170.000,00
" " "	90.000.000,00	"	100.000.000,00	190.000,00
" " "	100.000.000,00	"	120.000.000,00	210.000,00
" " "	120.000.000,00	"	150.000.000,00	240.000,00
" " "	150.000.000,00	.....		280.000,00

Seção -3-

TAXA DE APREENSÃO E DEPÓSITO DE BENS E MERCADORIAS

I- Apreensão ou arrecadação de bens abandonados nas vias públicas - por unidade.....Cr$ 10,00

II- Armazenagem, por dia ou fração, no depósito municipal, de veículo, por unidade..... 50,00

III- Idem, idem, cavalar, muar ou bovino, por cabeça..... 100,00

IV- Idem, idem, caprino, ovino, suino ou canino, por cabeça..... 50,00

V- de mercadorias, ou objétos de qualquer espécie, por quilo... 1,00

Nota:-Além das taxas acima, se cobrarão as depesas com a alimentação e o tratamento dos animais, bem como as de transporte - até o depósito.

Seção 3-A

TAXA DE MATRÍCULA DE CÃES

Por cabeça e por ano.....Cr$100,00

Nota:-Para o registro é indispensável o nome e residência do proprietário, bem como o nome, raça, sexo, côr, pêlo e outros sinais característicos do animal, inclusive prova de vacinação periódica. Será cancelada a matrícula, não renovada até 31 de janeiro de cada ano.

TABELA II

Especificações:	Classes referidas na Tabela I:
Advogado.....	24 - única
Agências - escritórios ou representações, ou representantes de casas estrangeiras.....	24 a 34
Agências - escritórios ou representações de casas nacionais.....	22 a 32
Agências - de empresas de navegação, inclusive aerea..	22 a 32
Agências - ou empresas de venda de imóveis.....	18 a 32
Alfaiataria - sem estoque.....	13 a 32
Alfaiataria- com estoque, obdecendo a importância do - movimento da Tabela III.....	18 a 34
Algodão - benefício de.....	22 a 38
Algodão - comprador ou exportador.....	28 a 43

(continuação da Tabela II)

Especificações:	Classes referidas na Tabela I:
Anúncios e Reclames - emprêsa de	13 a 32
Armazens Gerais -	34 a 52
Arrôz - benefício de	24 a 34 – 30 a 45
Artigos de Carnaval	18 a 32
Automóveis - emprêsa de transportes coletivos	22 a 36
" - oficina mecânica, sem estóque	18 a 34
" - vulcanização e consêrtos de pneus	18 a 34
Aves para alimentação	7 a 18
Banco - ou estabelecimento de crédito do Estado no Município	26 a 45
" - ou estabelecimento de crédito de outros Estados no Município	30 a 52
Barbearias - cortes, ondulações de cabelos, etc.,	13 a 32
Batatas - comprador e exportador	13 a 32
Bicicletas - casas de aluguel	13 a 32
Bilhares - casas de jogos	15 a 34
Bilhetes de Loteria - chalet	18 a 36
Bordados - oficina	3 a 18
Cabarets - casas de diversões	24 a 38
Café - benefício de	26 a 41
" - comprador e exportador	36 a 72
" - comprador	26 a 45
Calçados - oficina de consêrtos	7 a 28
" - fábrica	13 a 34
Capitalização - emprêsa ou companhia de	18 a 40
Carros e Carroças - oficina de consêrtos(ou fábrica).	13 a 34
Carvão - fábrica ou venda	3 a 24
Casa ou Emprêsa Cinematográfica	24 a 45
Casa ou Emprêsa de Diversões	22 a 40
Casa de Saúde	18 a 34
Cereais - comprador e exportador	22 a 45
" - comprador	18 a 41
Chapéus - reformas de	7 a 28
Charutos e Cigarros - venda (ambulante)	13 a 26
Churrascaria	22 a 40
Cimentos - representante ou vendedor	16 a 34
Comissão e Consignação	20 a 36
Construtores	18 a 36
Contador	22 - única
Corretor em geral	20 a 38
Costura - oficina (ou córte e costura)	7 a 22
Depósito de Mercadorias - fechado	22 a 44
Dentista	22 - única
Emprêsa Funerária	24 a 40
Encadernação	7 a 20
Engenheiro	22 - única
Engraxates -	7 a 18
Escritório de Contabilidade	18 a 28
Estofador - sem estóque	13 a 30
Ferrador	1 a 10
Ferreiro - oficina de	13 a 26
Ferro velho - casa de	13 a 24
Fôrça e Luz - emprêsa de	26 a 52
Fotógrafo - sem estpque	18 a 36
Fubá - moinho	7 a 22
Fumo em córda	14 a 28
Funilarias	13 a 26
Frigorífico	24 a 43
Gado vacum - comprador ou envernista	22 a 38
" " - criador	13 a 38
" suino - comprador ou envernista	22 a 38

(continuação da Tabela II)

Especificações:	Classes referidas na Tabela I:
Gado caprino, lanígero, cavalar e muar - criador comprador ou envernista	7 a 38
" -miúdo - de bucharia	24 a 40
Garagem - de aluguel	13 a 38
Hospedaria	13 a 32
Hotel	24 a 40
Indústrias de colchões de capim	5 a 18
" " " " molas	18 a 41
Jóias - oficina de consêrtos	13 a 32
Jornais e Revistas	10 a 24
Laboratório de Análises	13 a 32
" de prótese	13 a 32
Laminação em geral - sem estóque	13 a 33
Lavanderia e Tinturaria	18 a 34
Lenhadora	18 a 40
Madeira aparelhada - exportador	30 a 60
" bruta - comprador	18 a 41
" " - exportador	20 a 52
Marcenaria - oficina ou fábrica de	18 a 36
Mecânica - oficina de consêrtos de máquinas e aparelhos elétricos em geral - sem estoque	13 a 31
Médicos	22 - única
Mensageiros - emprêsa de	5 a 18
Modas e confecções - sem estóque	7 a 26
Papelaria e artigos escolares	13 a 32
Parteiras	7 - única
Pôsto de Socorro	14 a 33
Pensão	15 a 34
Rádios e Geladeiras - casa de vendas de	18 a 38
Ráios-X	26 a 34
Relojoaria ou ouriversaria - consêrtos	18 a 40
Restaurantes	20 a 41
Seguros de Vida - agência ou representação	18 a 40
" Marítimos e Terrestres	18 a 40
" Contra Acidentes	18 a 40
Serraria	22 a 45
Tiro ao Álvo	18 a 41
Tornearia - oficina sem estóque	13 a 40
Veterinária - casa de produtos	18 a 34

TABELAS ANEXAS:

TABELAS DO IMPÔSTO DE LICENÇA

Tabela III

Licença para estabelecimentos Comerciais, Industriais e Similares

I-Alvará de Licença - inicial de abertura	Cr$	100,00
II-Licença anual - continuação 10% sôbre o impôsto		
III-Anotação em Alvará de Licença, sôbre transferência de local de estabelecimento		150,00
IV-Segunda Via de Alvará de Licença, expedido		200,00
V-Licenças Especiais:		
(Para funcionamento de estabelecimentos fóra dos horários regulamentares, nos têrmos da Lei)		
a)até ás 22 horas, por dia	Cr$	30,00
por mês		400,00

c)sobre o que exceder, por [illegible]

XIV-Prorrogação de prazo de contrato com o Município, sôbre o valôr da prorrogação 2%

XV-Têrmos e registros de qualquer natureza, lavrados em - livros municipais, por página de livro ou fração ..... Cr$ 30,00

XVI-Títulos de perpetuidade de sepultura, jazigo, mausoléu carneira ou ossuário 50,00

XVII-Transferências:

a)de contrato de qualquer natureza, além do têrmo respectivo 50,00

b)de local, de firma ou ramo de negócio 150,00

c)de veículo, por unidade 100,00

d)de previlégio de qualquer natureza, sôbre o valôr efetivo ou arbitrado 3%

Tabela V

Impôsto sôbre Diversões Públicas

1)Sôbre o prêço cobrado por bilhete de ingresso em qualquer quer divertimento público, ou de pules, cartões, talão ou outro sistêma de apostas empregados em jógos, esportivos ou não, devidamente licenciados 10%

2)Sôbre o prêço cobrado em cartões com ou sem picotes, - bilhetes ou outro qualquer sistêma de cobrança por - contradança em clubes, "boites" ou congeneres 10%

3)Sôbre o prêço cobrado por meio de qualquer sistêma a - título de consumação mínima, "couvert" ou aluguel de - mêsa em qualquer estabelecimento de diversão ou club e 10%

4)Sôbre o prêço de utilização de aparêlhos, armas e outros meios, mecânicos ou não, instalados em parques de diversões ou outros locais permitidos 10%

Tabela VI

Licença para exercício de comércio Eventual ou Ambulante

(vendedores ou compradores)

Especificações:	Taxa a ser cobrada por dia:
Alumínio - artigos de cosinha, sem carro	Cr$ 300,00
" - " " " com carro	1.500,00
Armarinhos e Miudezas - sem carro	300,00
" " " - com carro	1.000,00
Café em pó.....	200,00
Carvão	400,00
Cereais e Óvos - com carro (vide observação).....	500,00
Chocolates e Caramélos.....	150,00
Bebidas	500,00
Brinquêdos	300,00
Fazendas e Armarinhos - sem carro	500,00
" " " - com carro	1.000,00
Fotógrafos	100,00
Fruta - com carro, varejista	300,00
" - " " atacadista	500,00
Fumo em corda - com ou sem carro	1.000,00
Funileiro, latoeiro ou soldador	isento

Especificações:	Taxa a ser cobrada por dia.
Gravatas, lenços, guarda-chuvas, sombrinhas s/ carro...	Cr$ 300,00
Lacticínios.....	300,00
Louças, vidros, e semelhantes - sem carro	500,00
" " " " - com carro	1.500,00
Massas alimentícias	500,00
Peixe	isento
Perfumaria	500,00
Propagandista, com venda de quinquilharia ou bijouteria	1.000,00
Quadros, espêlhos e semelhantes	300,00
Rendas, fios, bordados e lãns	300,00
Rêdes, tapetes e semelhantes	300,00
Roupas feitas, artigos de malha, casacos e agasalhos ..	500,00
Salsichas, salames esemelhantes	300,00
Velas e flôres	50,00
Vendedores de bilhetes de loterias	400,00
Vidraceiro	100,00
Vendedores de artigos não especificados nesta tabela...	300,00

Tabela VI-A

Serão cobrados adiantadamente por um ano e em uma só prestação:

Especificações:	Taxa a ser cobrada por ano:
Amendoins, pipócas, passócas, tabletes e dôces	Cr$ 1.000,00
Aves, e óvos para alimentação	1.000,00
Frutas - sem carro	500,00
" - com carro	1.000,00
Lenhas pequêno vendedor	500,00
Pastéis e empadas	1.000,00
Sorvetes e refrescos	1.000,00
Verduras, legumes, hortaliças e óvos	isênto
Vendedores de bilhetes de loteria (cambista)	2.500,00
" " cigarros - carros de Companhia	4.000,00
" " dôces e caramelos - com carro	2.500,00
" " bebidas - com carro	4.000,00
Revendedores de leite	1.000,00

Tabela VII

I- Para os compradores de madeiras brutas, vindos de outros municípios, não licenciados, contrabandistas, cobrar-se-á a taxa de Cr$200,0 (duzentos cruzeiros), por métro cúbico de madeira.

II-Para os compradores de cereais, vindos de outros municípios, não licenciados, contrabandistas, cobrar-se-á a taxa de Cr$10,00 (dez cruzeiros), por unidade, (saco de sessenta quilos).

Tabela VIII

Taxas Diversas :

Matadouros da Municipalidade:

Do Abate

a)Gado bovino - pêso líquido, por quilo	Cr$	2,00
b) " suino - " " " "		2,00
c) " caprino ou "lanígero, por "cabêça		20,00

Do uso de Currais e Pocilgas:

a)Gado bovino recolhido ao Matadouro e não abatido dentro de 24 horas, por dia e por cabêça	15,00
b)Aluguel de pocilgas, por dia e por cabêça	10,00

Matadouros Particulares:

a)Gado bovino, por cabêça	50,00
b) " suino, " "	30,00

C E M I T É R I O S :

Taxas Diversas :

I-	Inumação, em sepultura raza:	
	a)adultos por 5 (cinco)anos	Cr$ 50,00
	b)menores de 14 (quatorze) anos, por 5 (cinco) anos	30,00
II-	Inumação, em carneiras:	
	a)adultos	200,00
	b)menores	100,00
III-	Prorrogação de sepulturas, por 5 (cinco) anos.....	100,00
IV-	Emplacamentos	50,00
V-	Aforamento de sepulturas perpétuas:	
	a)de sepultura raza, por metro quadrado	1.500,00
	b)de carneira, por metro quadrado	3.000,00
	c)de jazigo (carneira dupla, geminada)	5.000,00
	d)nicho	500,00
VI-	Exumações:	
	a)antes de vencido o prazo regulamentar de decomposição...	1.000,00
	b)após vencido o prazo regulamentar	300,00
VII-	Diversos:	
	a)abertura de sepultura, carneira, jazigo ou mausuléo perpétuo, para nova inumação	200,00
	b)entrada de ossada no cemitério	300,00
	c)retirada de ossada do cemitério	300,00
	d)remoção de ossada no interior do cemitério	300,00
	e)permissão para construção de carneira, colocação de inscrição e execução de obras extras	50,00
	f)ocupação de ossário, por 5 (cinco) anos	300,00

Nota: Nos cemitérios dos povoados e vilas do Município, as taxas serão reduzidas para metade.

Tabela IX

Tarifa de Quotação para Trânsito de Veículos:

Impôsto de Licença

I-	Veículos de tração a motor:	
	a)Automóveis - particular	Cr$ 500,00
	b) " - de aluguel	500,00
	c)Áuto-Ônibus para passageiros, até 24 logares	1.000,00
	d) " " " além de 24 logares, por logar	30,00
	e)Áuto-Caminhão para carga até 2.000 quilos	600,00
	f) " " " " " 6.000 "	1.000,00
	g) " " " " " 9.000 "	1.200,00
	h) " " " " " 12.000 "	1.500,00
	i)pelo excedente, por tonelada	100,00
	j)Camionetas para uso particular	500,00
	k)Motocicletas	500,00
II-	Veículos de tração animal:	
	a)Carroças com 4 (quatro) rodas de aluguel	300,00
	b) " " 2 (duas) " " "	300,00
	c)Aranhas, Charretes de aluguel	300,00
III-	Veículos com tração humana:	
	a)Bicicletas de aluguel	200,00
	b) " para uso particular	isento
IV-	Veículos com tração a motor ou humana, por ano:	
	a)Balsas de 1ª	
	b) " " 2ª	
	c) " " 3ª	

Tabela X

Taxa de Aferição de Pêsos e Medidas:

(continuação da Tabela X)

Taxa deAferição de Pêsos e Medidas

Discriminação:

I-Balanças comuns:		
a)até 20 quilos	Cr$	20,00
b) " 50 "		35,00
c) " 100 "		50,00
d) " 1.000 "		180,00
e) " 3.000 "		300,00
II-Balanças automáticas:		
a)até 10 quilos		50,00
b) " 50 "		80,00
c)De mais de 50 quilos		100,00
III-Pêsos:		
a)Jogos de pêsos por 8 unidades ou fração		15,00
IV-Medidas lineares:		
a)Metro, fita métrica e trêna por unidade		10,00
V-Medidas de capacidade:		
a)Jogo de medidas de: 1 até 100 litros		30,00
b)Bomba de gasolina ou óleo		100,00
c)Carro-tanque		250,00
d)Qualquer outra medida de capacidade		30,00

Tabela XI

Licença para Publicidade em Geral

I-Propaganda permanente:		
a)empresas que se encarregam de afixar letreiros, anúncios, dísticos ou reclames nas ruas ou logradouros públicos, em taboletas, cartazes, etc., exceto nas fachadas do prédios e do mesmo comercio neles instalados, por ano.	Cr$	2.000,00
b)emplêma ou letreiros de qualquer natureza, pintados, pregados, assentes assentes ou gravações em madeira, vidro ou metal, adaptados as paredes externas, por ano	Cr$	100,00
c)painel ou outro qualquer anúncio ambulante, inclusive pintura ou planta, assente em veículo, por ano	Cr$	100,00
d)painel avulso ou assente em logradouro público, por ano.	Cr$	100,00
e)anúncio ou propaganda por meio de aparêlhos que produzam sons, ruídos, etc., por mês	Cr$	500,00
f)anúncios de teatro, circo ou cinema, colocado em edifício em que realize o espetáculo, por mês	Cr$	100,00
g)placa de profissão liberal, por ano	Cr$	100,00
h)exposição de produtos comerciais ou industriais, por ano. Cr$ permitidos pela Fiscalização Municipal, por ano	Cr$	200,00
i)letreiros atravessando via pública, por ano	Cr$	500,00
II-Propaganda Transitória:		
a)anúncios ambulantes de espetáculos de qualquer divertimento público em teatros, circos, cinêmas, cafés cantantes, parques e jardins, por mês	Cr$	100,00
b)idem, idem, de casas comerciais, por mês	Cr$	50,00

Tabela XII

Licença para Ocupação de áreas em Vias Públicas ou Logradouros da Municipalidade

Taxas Diversas:

I-Espaço opupado por balcões, barracas, mêsas, taboleiros e semelhantes, nas feiras, vias públicas e logradouros da municipalidade, ou como depósito de materiais ou estabelecimentos privativos de veículos ou estacionamentos privativos de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Prefeitura, por prazo e a critério desta:		
a)por dia e metro quadrado	Cr$	5,00

b)por mês e métro quadrado ..... Cr$ 50,00
c)por ano e métro quadrado 500,00

II- Espaços ocupados por circos ou parques de diversões, por semana ou fração, por métro quadrado 1,00

.....

Edifício da Municipalidade de Ivaiporã, aos 28 de dezembro de 1961.=

Herondy Anunziato
Secretário.

Manoel Theodoro da Rocha
Prefeito Municipal.

J/M.